



Estado e Sociedade no Brasil

Julice Maria Resende Machado

Guilherme de Souza Maciel



**Cuiabá-MT
2014**

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Ouro Preto - MG para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso.

Equipe de Revisão

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional
Carlos Rinaldi

Coordenação de Produção de Material Didático Impresso
Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional
Marta Magnusson Solyszko

Designer Master
Daniela Mendes

Ilustração
Quise Gonçalves Brito

Diagramação
Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa
Lucas Póvoas Jucá Corrêa Lima

Revisor Final
Marta Magnusson Solyszko

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Ouro Preto - MG

Coordenação Institucional
Reginato Fernandes dos Santos

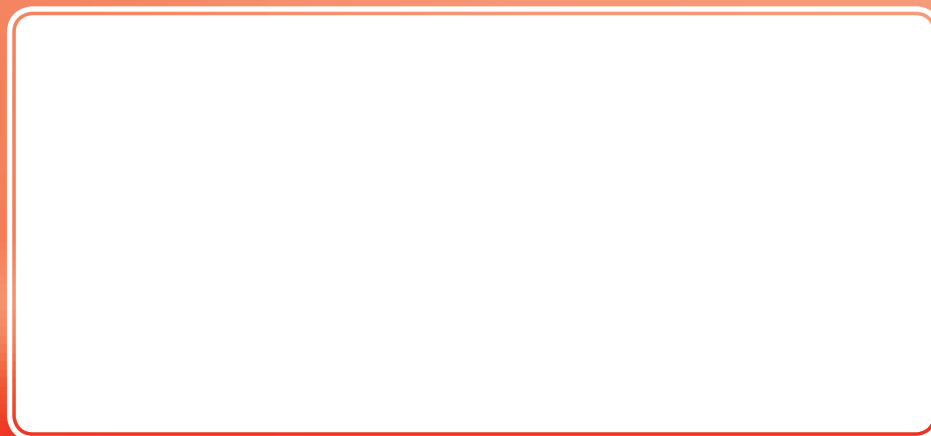
Diretor de Ensino
Valério Augusto Lopes Passos

Equipe de Elaboração

Coordenadora do Curso
Marinalva Maria de Brito

Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil / UFMT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino que, por sua vez, constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico, como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geográfica ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica – capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Março de 2014

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.





Palavra dos Professores-autores

Prezado(a) estudante,

É com muito prazer que damos início à disciplina Estado e Sociedade no Brasil.

Através dos textos contidos neste caderno e das interações que estabeleceremos online, buscaremos compreender aspectos da formação do Brasil contemporâneo, dando ênfase aos seus aspectos políticos e sociais.

Esperamos, ao fim da disciplina, que você consiga perceber em que medida o Brasil de hoje é o resultado de escolhas, situações, projetos, interesses, conflitos e múltiplas trajetórias que, ao longo de nossa história, acabaram por caracterizar aquilo que somos.

Estaremos em contato constante através da plataforma Moodle e lá teremos a oportunidade de trocar ideias, esclarecer dúvidas, desenvolver outras interpretações acerca dos temas tratados, ouvir críticas e sugestões, propor leituras, enfim, interagir de forma a proporcionar um melhor aproveitamento da disciplina.

A gente se vê em breve!



Apresentação da Disciplina

A proposta da disciplina Estado e Sociedade no Brasil é propor uma reflexão acerca da formação do Brasil contemporâneo. Sem sombra de dúvida, compreender os aspectos básicos da nossa história é de fundamental importância para todos os brasileiros. Isso porque o conhecimento da história é uma das chaves para se construir uma atitude crítica e reflexiva acerca de nós mesmos, das nossas escolhas, da nossa posição e das nossas atitudes no cenário mundial. Para podermos valorar aquilo que nos caracteriza, é preciso sabermos distinguir o que deu certo e o que deu errado em nosso país, quais os nossos problemas e nossas virtudes. Enfim, captarmos a nossa essência enquanto nação.

Essa disciplina possui a característica de ser mais reflexiva, ou seja, não constitui ferramenta de teor técnico dentro do curso de serviços públicos. Contudo, nem só da técnica subsiste o trabalho. De nada adianta o conhecimento específico em uma determinada área se a pessoa não consegue conceber o todo, o seu papel na sociedade, ou seja, a sua função social. As escolas, muito além de formar mão de obra, possuem a função primordial de formar cidadãos e é aqui que se enquadra a função dessa disciplina, dentro da proposta apresentada acima.

Para tanto, buscaremos estudar nas duas primeiras aulas as características gerais do Estado português às vésperas da colonização do Brasil, o processo de colonização brasileira, as relações entre metrópole e colônia em todas as suas etapas, bem como a crise do sistema colonial português, que se desdobrou de forma bastante original no que se refere ao processo de independência do nosso país. Adiante, buscaremos compreender as mudanças e as continuidades do sistema social, político e econômico do Brasil independente ao longo dos governos dos imperadores D. Pedro I e seu filho D. Pedro II. Por fim, trataremos da Primeira República ou República Velha e tudo aquilo que a caracteriza, trabalhando conceitos bastante discutidos pela historiografia brasileira, tais como Coronelismo, Política dos Governadores e Tenentismo. Também veremos as incongruências entre a república brasileira e os movimentos sociais, os problemas advindos da continuidade da dependência econômica brasileira para com a agricultura voltada para a exportação, com destaque para o café, e as reviravoltas causadas pela quebra da Bolsa



de Nova York em 1929 e os seus reflexos no Brasil.

Na terceira aula veremos que, ao longo de nossa história, certos grupos sociais tiveram forte influência sobre os mecanismos que definiram os rumos políticos e econômicos do país. Veremos também que, desde a Independência do Brasil até hoje, os interesses desses homens acabaram por determinar o destino de nossas instituições, da participação da sociedade no processo político, nas nossas relações com o mercado externo, no destino de nossas riquezas, enfim, na forma como Brasil foi organizado, sobretudo nos campos da política e da economia.

Por fim, na quarta aula, analisaremos como a formação de nossas instituições republicanas decorreram de um conjunto de fatores que são específicos da nossa história. Veremos que a proclamação da República brasileira não inaugurou nenhum modelo inédito de organização política e social (como fizeram os norte-americanos na formação de seu país no século XVIII), mas também não resultou da cópia fiel de nenhum formato pré-estabelecido de Estado, ou seja, resultou de um processo histórico particular e se organizou dentro de uma dinâmica que lhe é própria. Também veremos como se deu essa organização e quais foram os rumos políticos, econômicos e sociais do Brasil a partir da década de 1930 até a atualidade.



Sumário

Aula 1. A administração portuguesa no Brasil – aspectos históricos	13
1.1 Portugal: contexto político-econômico na modernidade e a herança latina e portuguesa na concepção das instituições públicas.....	13
1.2 Brasil: período pré-colonial.....	18
Aula 2. Administração pública no Brasil - da Colônia à República (1500-1930)	23
2.1 Administração na Colônia.....	23
2.2 O Império brasileiro.....	38
2.3 República Velha ou Primeira República (1889- 1930).....	45
Aula 3. O poder nas mãos de poucos: a força das elites na tomada de decisões políticas no Brasil	51
3.1 Grupos de pressão na tomada de decisões político-administrativas.....	52
3.2 A desestatização nos anos 90 do século XX.....	62
Aula 4. Formação, organização e desenvolvimento da história do Brasil republicano	75
4.1 A influência do modelo político norte-americano.....	76
4.2 O Estado Brasileiro a partir de Getúlio Vargas.....	83
Palavras Finais	103
Guia de Soluções	104
Referências	111
Obras Consultadas	113
Bibliografia básica	114
Currículo dos Professores-autores	115



Aula 1. A administração portuguesa no Brasil – aspectos históricos

Objetivos:

- reconhecer as estruturas do Estado português no contexto do final da Idade Média e início da Idade Moderna;
- apontar as características políticas e econômicas que vigoravam em Portugal na Idade Moderna; e
- identificar o chamado Período Pré-colonial na História do Brasil.

Caro(a) estudante,

Nesta aula traremos informações sobre o contexto português diante dos elementos que caracterizaram a Europa no final do feudalismo e início da Idade Moderna, quando novos valores comerciais e financeiros passaram a buscar a consolidação da ordem burguesa e capitalista. Comércio e colonização tornaram-se atividades importantes para os portugueses, assim como para os demais países europeus. A chegada ao Brasil foi comemorada por Portugal, embora nos primeiros 30 anos (1500 a 1530) a metrópole portuguesa não tenha efetivado nenhuma política administrativa para sua colônia. Entender a realidade portuguesa torna-se importante para que você possa compreender a concepção dada pelo Estado lusitano à organização administrativa do Brasil.

A-Z

Lusitano:
Relativo a Portugal.

1.1 Portugal: contexto político-econômico na modernidade e a herança latina e portuguesa na concepção das instituições públicas

Para se efetivar qualquer discussão sobre estrutura administrativa de qualquer Estado em determinado contexto, torna-se necessário buscar e estudar os elementos que compõem sua estrutura jurídica. Através do conhecimento das leis que regem o Estado, pode-se ter uma visão mais ampla da sua estrutura administrativa.



De acordo com Teixeira (2005, p.13):

[...] o Estado pode ser definido como um conjunto de instituições que detém o monopólio da força legítima dentro de determinado território. De posse dessa força, ele é capaz de resolver conflitos, equilibrar interesses opostos, unir governantes e governados e assegurar a ordem interna.

A-Z

Burguesa:

Relativo à burguesia. Grupo social que surge na Europa no final da Idade Média com o desenvolvimento econômico e reestruturação das cidades, e que gradativamente, passa a infiltrar e dominar a vida política, econômica e social. Tem sua atividade ligada às profissões liberais e comércio.

No caso do estudo da administração embrionária do Brasil deve-se partir do conhecimento da ordem jurídico-institucional do Estado absolutista português durante o período em que se efetivou a colonização do Brasil.

No final do século XV e início do XVI, Portugal buscava a implantação da ordem **burguesa** capitalista em substituição ao mundo feudal que vigorou durante a Idade Média (Século V a XV), e tinha a terra como referência de riqueza.

Pazzinato e Senise (2002, p.8) colocam que “[...] a terra era a medida da riqueza e do prestígio social: ter ou não a posse de uma propriedade rural definia a posição de cada grupo na rígida hierarquia feudal.”

As estruturas econômicas, políticas e sociais desse período eram estabelecidas, em grande parte, pelas relações de suserania e vassalagem, nas quais o vassalo (quem recebia terra) se comprometia à lealdade e fidelidade ao seu suserano (quem doava a terra). Essa relação, que tinha amparo jurídico, envolvia a ordem da nobreza que assim, se constituía como grande detentora de terras da Europa.



Estamentos:

Na sociedade feudal, senhores e servos não se misturavam. Tecnicamente falando, a mobilidade social estava, em princípio, bloqueada: servos não se tornavam senhores e vice-versa. Dizemos, então, que a sociedade feudal era “estamentizada”, ou seja, sem mobilidade social. A posição social era determinada pelo nascimento: nascia-se servo ou nobre (KOSHIBA, 2000). Entretanto, essa rigidez não era absoluta.

No século XV, o cenário da Europa é de transformação, rupturas, profundas mudanças em sua economia, política, sociedade, cultura e religião. A política descentralizada que caracterizou o feudalismo era substituída pela centralização do poder real através do Absolutismo Monárquico. Os nobres, assim como os outros **estamentos**, tiveram que se submeter ao rei, que passou a concentrar boa parte do poder político em suas mãos.

Leia o Saiba Mais para compreender melhor do que se trata estamento

Com o Absolutismo, a figura do rei passou a ser vista como a do próprio país. As grandes decisões nacionais passaram a se concentrar em torno do rei. A justificativa de tanto poder numa pessoa residia na justificativa da pró-





pria natureza desse poder: emanava de Deus. Era a teoria do Direito Divino dos Reis que argumentava que o poder do rei advinha de origem divina, do fato de serem os reis ungidos por Deus. Assim, não reconhecer esse poder real seria contrariar os desígnios de Deus.

Negar a Deus era impensável para os homens e mulheres que viviam em Portugal nos séculos XV, XVI e XVII. A Igreja católica, dona de enorme poder na Idade Média por ser a única religião da Europa ocidental, perdia sua força com o surgimento de novas religiões no continente. Mas os ventos da Reforma protestante não atingiram a Península ibérica. Enquanto vários países europeus abraçavam novas religiões, Portugal e Espanha permaneciam fiéis ao catolicismo, o que os tornavam filhos diletos aos olhos do Papa.



Figura 1 - A península Ibérica, região da Europa relativa aos territórios de Portugal e Espanha, manteve-se fortemente atrelada ao catolicismo mesmo diante do movimento da Reforma Protestante, que surge no continente na passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

Fonte: Imagem emagem elaborada pelo Ilustrador.

No plano econômico, a economia de subsistência feudal foi suprimida pela, a cada vez mais intensa, atividade comercial e financeira desenvolvida pela burguesia. Esta classe, na medida em que crescia economicamente, se infiltrava cada vez mais na administração e nas questões de Estado, mas ainda exercendo um papel de coadjuvante, diante do poder da nobreza.

Os países europeus buscavam organização e fortalecimento político-econômico como nações. Os Estados Nacionais europeus tinham pressa em se estruturarem e se consolidarem como tais.

Portugal tornou-se a primeira monarquia nacional da Europa. A dinastia real portuguesa de Avis governou de 1385 a 1580, estimulando a exploração marítima e a busca de novas terras.





A atração pelo comércio com o oriente, especialmente a Índia, levou os portugueses a se lançarem na empreitada de exploração do oceano Atlântico, até então desconhecido e assustador. A ideia de enriquecimento comercial empolgava a jovem nação portuguesa e suas casas reais, “pois para boa parte da burguesia, a expansão marítima era uma necessidade econômica e política” (TEIXEIRA, 2005, p.13).

Assim, Portugal estabeleceu sua rota na costa da África – o chamado “Périplo Africano” – iniciando assim sua expansão marítimo-comercial. O primeiro marco da expansão portuguesa deu-se com a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415. Depois, Portugal continua seu périplo através da conquista da ilha da Madeira (1425), Açores (1427), Cabo Bojador (1434), Guiné (1436) até que em 1488, atinge o Cabo da Boa Esperança no extremo sul da África. Dez anos depois, Vasco da Gama chega às Índias garantindo para Portugal a apropriação das especiarias orientais. O Mar Mediterrâneo perdia assim a posição de principal via comercial para o dinâmico mercado oriental e Portugal assumiu importante posição comercial na Europa.



Figura 2 - Etapas do Périplo Africano até o cabo da Boa Esperança, no sul da África.
Fonte: Imagem elaborada pelo Ilustrador.





Tais conquistas representavam a apropriação de lucros para o Estado e para o grupo comercial a ele ligado. Representava satisfação também para a nobreza lusitana e o clero católico, que viam na expansão, um caminho para a aquisição de fiéis e a possibilidade de incorporação de novas terras (supremo valor de riqueza para os nobres).

O Estado, representado por seu rei, deveria conciliar tais interesses: por um lado, a busca de lucros pela burguesia e, por outro, a apropriação de terras e honrarias pela nobreza.

Mas o próprio Estado tem seu interesse na atividade comercial e nos lucros dela decorrentes. Portugal quer enriquecer seus cofres, para expandir seu poder e influência. Este é o princípio básico do mercantilismo português. A adoção do metalismo, princípio segundo o qual a riqueza de uma nação se mede pela quantidade de metais preciosos que ela consegue acumular. Este princípio adotado freneticamente por Portugal aponta para a necessidade da busca de novas terras, onde se poderia descobrir novas fontes de metais preciosos, ou montar sistemas de exploração de outros produtos, que poderiam alavancar as exportações do reino e garantir o aporte crescente de riquezas, bem como uma balança comercial favorável.

Como uma das ideias principais do mercantilismo era o enriquecimento do Estado através do acúmulo dos lucros gerados nas relações comerciais e acúmulo de metais preciosos, interessava a Portugal enquadrar sua expansão marítima e colonização de terras nos moldes da política mercantilista.

Assim, o Estado monárquico absolutista de Portugal, busca o enriquecimento, mas camufla tais interesses da expansão sob a justificativa do combate aos infiéis e na missão de levar o catolicismo às regiões mais longínquas do planeta, em sintonia com a missão apostólica determinada pela Igreja. A expansão marítima lusitana preocupava-se em agradar ao mundo terreno e ao mundo espiritual.

Outros países europeus observavam as atividades de Portugal e receavam o fortalecimento e enriquecimento do país. A Espanha mantinha maior preocupação com a ameaça do crescimento de seu vizinho na Península Ibérica.

Em 1492 os reis espanhóis, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, iniciaram sua expansão ultramarina financiando a expedição de Cristóvão Colombo, que estabeleceu o ocidente como rota para as Índias. Ele chegou a um



Mercantilismo

Conjunto de ideias e práticas econômicas que vigoraram na Europa entre os séculos XV e XVIII. Apesar de que cada país europeu adotou um modelo mercantilista compatível com sua conjuntura, os objetivos gerais eram o fortalecimento do Estado e enriquecimento da burguesia mercantil. Ressaltam-se como princípios mercantilistas:

- **metalismo** – acúmulo de metais preciosos como medida da riqueza de um Estado;
- **balança comercial favorável** – as exportações deveriam superar as importações;
- **protecionismo alfandegário** – o Estado deveria tomar medidas protecionistas incentivando a produção de artigos que concorressem no exterior;
- **intervencionismo estatal** – o Estado deveria intervir na economia;
- **colonização** – busca e efetivação de colônias que atendessem a sua metrópole em suas necessidades.





continente inexplorado – a América. O anúncio de tal descoberta provocou reações e desentendimentos com Portugal. Para evitar atritos entre os dois países católicos, o Papa promoveu a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494. Esse acordo estabelecia a divisão das terras descobertas e das que, supostamente, ainda seriam descobertas, entre Portugal e Espanha.

Assim, quando em 1500, Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, ele já tomou posse da terra descoberta em nome do rei de Portugal, por estar dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Após enviar mensagem pela carta de Pero Vaz de Caminha, comunicando o achado ao rei português, Cabral continuou sua viagem em direção às Índias.

O Império colonial português se ampliava. Portugal, como país descobridor e dono das novas terras, que passaram a ser designadas suas colônias, tornava-se enfim uma metrópole. A relação metrópole-colônia era marcada pela exploração da segunda pela primeira. A colônia teria como função o abastecimento de produtos e minerais à metrópole. Tudo legitimado sob o estabelecimento de normas do Sistema Colonial, que impunham um rígido controle da metrópole sobre a colônia. As atividades econômicas instauradas na colônia, seja no plano comercial, seja no plano da produção, deveriam atender, sobretudo, aos interesses metropolitanos.

Para que esses interesses fossem cumpridos “[...] cabia ao Brasil Colônia propiciar ganhos aos empreendedores metropolitanos, produzir para o mercado externo, oferecer bens tropicais e metais preciosos à economia europeia” (LUNA e COSTA, 1982, p.2).



Através do exclusivo metropolitano, ou “Pacto Colonial”, era vedado à colônia estabelecer relações comerciais com outro país, devendo comercializar unicamente com sua metrópole. Isso sem falar nos excessos do fisco, nos duros sistemas de tributação implementados pela coroa ao longo de todo o período colonial. É sob essa rigidez econômica e política que o Brasil foi colonizado.

1.2 Brasil: período pré-colonial

A carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao rei português comunicando a descoberta da nova terra, apresenta as primeiras impressões do escrivão que “[...] já demonstravam uma certa decepção em relação à não ocorrência, pelo menos no litoral, de metais preciosos, mola propulsora da política me-



talista" (PETTA e OJEDA, 1999, p. 67).

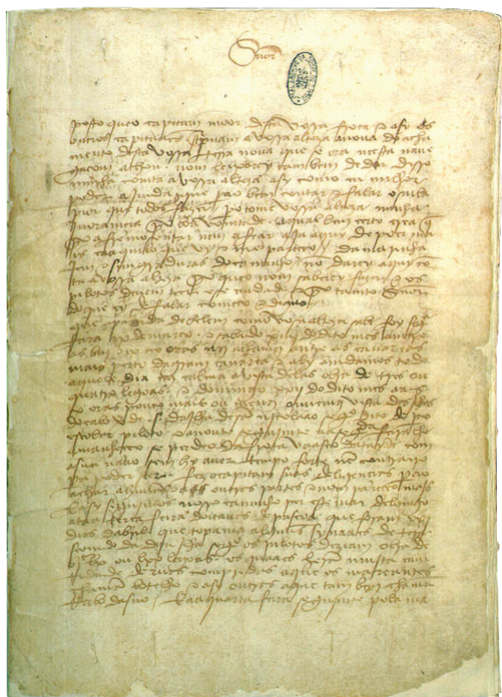


Figura 3 - Fac-símile da carta original de Pero Vaz de Caminha quando da chegada da expedição de Cabral em terras brasileiras, 1492.

Fonte: Imagem em Domínio Público via Wikimedia Commons.

Em 1501 Portugal organiza uma expedição exploratória com o objetivo de conhecer as possibilidades de riquezas da nova colônia. Gaspar Lemos, provável comandante da expedição, percorre e mapeia a região litorânea brasileira. Para cada acidente geográfico que encontra, ele batiza com o nome do santo do dia.

Apesar dessa expedição não comunicar o achado de ouro ou prata, anuncia a existência em grandes quantidades de pau-brasil, madeira que já era utilizada como matéria-prima nas manufaturas têxteis de alguns países europeus e, portanto, poderia ser usada como fonte de comércio e de lucro.

Explorar uma madeira não era bem o que Portugal tinha em mente. Seu sonho tinha cor de metal: dourado ou prateado. Como não podia contar com esse achado, a metrópole preferiu priorizar seu comércio com o oriente. E esta preferência permaneceu até 1530.

Mesmo optando por não explorar diretamente o pau-brasil, a coroa portuguesa coloca esta madeira sob o **monopólio** do Estado. Sua exploração

A-Z

Monopólio, s. m. privilegio que o governo dá a alguém para poder sem competidor explorar uma indústria ou vender algum gênero especial: O governo acabou com o *monopólio* do tabaco. Comércio abusivo, que consiste em um indivíduo ou corpo coletivo se tornar único possuidor de um determinado gênero de mercadorias para, à falta de competidores, poder depois vendê-lo por preço exorbitante; abarcamento, açambarcamento. Os marchantes fizeram *monopólio* da carne para a venderem pelo preço que lhes apraz. Posse exclusiva, propriedade de um só. F. gr. *Monopolion* (venda única, privilégio de comerciar). (AULETE, 1970. p. 2406)



foi arrendada a um grupo de comerciantes portugueses sob a liderança de Fernando de Noronha, por um período de 3 anos.

Pelo acordo estabelecido, os arrendatários deveriam explorar 300 léguas do litoral por ano, além de garantir a defesa da costa e pagar ao monarca 1/5 do valor da madeira. Como Portugal priorizava, nesse momento, o comércio com o oriente, entendeu que era um bom negócio para si, já que não teria que fazer investimentos na colônia e ainda teria lucros pelo recebimento dos valores financeiros dos arrendatários.

Para o grupo de concessionários do arrendamento, parecia ser um excelente negócio. Ele teria o monopólio da exploração em larga escala do pau-brasil e tinha à sua disposição uma enorme quantidade da madeira. Em 1503 eles organizaram a segunda expedição de reconhecimento, que resultou na construção de feitorias em Cabo Frio e no Rio de Janeiro.

Porém, os arrendatários perceberam logo a dificuldade de manter o negócio pela presença constante de estrangeiros na região, o que provocava constantes embates. Assim, eles se retiram e a defesa da terra passa a ser feita pela própria coroa portuguesa, o que obriga Portugal a investir consideráveis recursos. O lucro já não era tão compensador em função dos gastos com a defesa da terra.

Os portugueses exploravam o pau-brasil de uma forma predatória, pois eles vinham, identificavam a madeira e, através do trabalho indígena, enchiam seus navios, voltando para a Europa. Para essa exploração, Portugal não estabeleceu normas ou regras administrativas específicas no Brasil. De acordo com Caio Prado Júnior (1970, p.26) tal exploração “[...] não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país. Nem era de esperá-lo. Não havia interesse em localizar-se num ponto, quando a madeira procurada se espalhava aos azares da natureza e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo.”

A grande preocupação era a presença ameaçadora dos estrangeiros sobre as possessões cujo potencial ainda não era conhecido.

E havia motivos para preocupação, pois, se nesse período conhecido como pré-colonial (1500 a 1530), o Brasil permanece em segundo plano para Portugal, desperta interesse e cobiça em franceses e espanhóis. Por isso as visitas e incursões de estrangeiros na costa brasileira são constantes.





A exploração do pau-brasil interessava aos franceses já que a França utilizava a madeira na produção de suas próprias manufaturas. Assim, embarcações francesas buscam o litoral brasileiro e a exploração e tráfico do pau-brasil é feita, através de acordos entre os estrangeiros e os indígenas locais.

Estabelece-se a relação do **escambo** entre o europeu e o nativo (tanto os portugueses quanto os franceses utilizaram-se da mão de obra indígena). Pelo escambo, o nativo, que trabalhava, recebia objetos de todo tipo como pagamento. Aos índios ficava a incumbência do trabalho pesado de cortar e arrastar as toras de pau-brasil para os navios atracados em troca de produtos e artigos como espelhos e pentes.

As notícias sobre a constante presença de estrangeiros na costa brasileira preocupavam Portugal, que organizou duas expedições comandadas por Cristóvão Jacques (1516 e 1526) com o intuito de combater o contrabando.

A coroa portuguesa entende que não adiantava mais sustentar ações isoladas para efetivar seu domínio no Brasil. Tornava-se necessário adotar políticas e medidas definitivas que resultassem na colonização efetiva da terra. Caso contrário, corria o risco de perder as terras continentais que potencialmente poderiam, um dia, resultar em grandes lucros e oportunidades.

Finalizando esta aula, acreditamos que você já percebeu que Portugal, nos séculos XV e XVI, apresentava características de um Estado preocupado, principalmente, com enriquecimento comercial, a consolidação do poder real e a defesa do catolicismo. A busca de novas terras era vista como um caminho para alcançar seus objetivos.

Feita a empreitada das rotas, os portugueses chegam a uma nova terra e tomam posse. No início, de 1500 a 1530, Portugal não providencia nenhuma medida administrativa, visto que, estava voltado para seu lucrativo comércio com o Oriente.

Resumo

Apresentamos, de forma breve, um pequeno relato sobre o contexto histórico de Portugal no final da Idade Média e início Idade Moderna. Politicamente, o país conheceu a centralização do poder real através do Absolutismo monárquico, enquanto na economia, surgiam novos valores. O dinheiro passou a ser a referência de riqueza para a sociedade europeia. Para a obtenção de dinheiro, tornou-se necessário efetuar uma busca de novas rotas comer-





ciais e também terras desconhecidas que apresentassem possibilidades de exploração de metais preciosos. Portugal conseguiu sua rota exclusiva para o oriente, garantindo, assim, lucros comerciais. Também chegou a uma terra desconhecida, estabelecendo sua colônia tropical na América: o Brasil. Os altos lucros gerados pelo comércio com o oriente provocaram a relegação da exploração de sua colônia atlântica e adoção de medidas administrativas para um segundo plano. Nos primeiros 30 anos, o Brasil não era a prioridade. Contudo, a partir de 1530, Portugal percebe a necessidade de efetuar a colonização e administração da nova colônia, pois, do contrário, poderia perdê-la. Tornou-se necessário garantir a sua posse e implantar o sistema colonial, que evidenciava o papel central e monopolizador da metrópole na relação com a colônia. O Brasil nascia sob o signo da exploração.



Atividades de aprendizagem

1. Conceitue o Absolutismo monárquico que vigorou em diversos países europeus a partir do final do século XIV.
2. Cite e explique 3 (três) princípios do Mercantilismo.
3. Por que Portugal não iniciou imediatamente, em 1500, a colonização do Brasil?

Caro(a) estudante,

Nesta aula abordamos a relação inicial da coroa portuguesa com o Brasil. Como no período de 1500 a 1530, Portugal secundarizou a colonização do Brasil diante do comércio com o oriente, não foi adotada nenhuma medida administrativa pela metrópole. Mas em 1530, Portugal decide pela colonização em função da grande presença de estrangeiros, principalmente franceses, na costa brasileira.

Na próxima aula trataremos da política e medidas administrativas tomadas pela coroa portuguesa no Brasil.



Aula 2. Administração pública no Brasil - da Colônia à República (1500-1930)

Objetivos:

- identificar a estruturação da ordem administrativa no Brasil desde o período colonial até 1930;
- distinguir o contexto político e administrativo da colônia e depois do país, passando pelo Império e República até 1930.

Caro(a) estudante,

Nesta aula apresentaremos a estrutura administrativa implantada no Brasil por Portugal na fase da colonização, sendo que continuaremos a mesma abordagem passando pela fase do Império e depois, da República até 1930. Nosso texto será exposto de forma um tanto quanto sucinta, visto que o período cronológico é muito extenso. Assim, buscamos uma objetividade que esperamos ser minimamente apropriada para você.

2.1 Administração na Colônia

A expedição exploratória de Martim Afonso de Souza, enviada em 1530, é propagada como marco para o início da colonização portuguesa no Brasil. As notícias e relatos dessa expedição apontavam para a necessidade de uma ação efetiva por parte da coroa de colonizar a terra “descoberta” por Pedro Álvares Cabral, apesar da prioridade comercial e política a ser dada às negociações das ilhas atlânticas e do Oriente.

Quando a coroa portuguesa decidiu pela efetivação da colonização da sua possessão na América, preocupava-lhe a presença de estrangeiros, principalmente franceses, na costa da colônia.

De acordo com Priore e Venâncio (2001, p.50) “o resultado da fórmula aplicada com sucesso nas ilhas do norte da África, Madeira e Açores fez com que D. João III optasse pela divisão das terras em capitanias”.

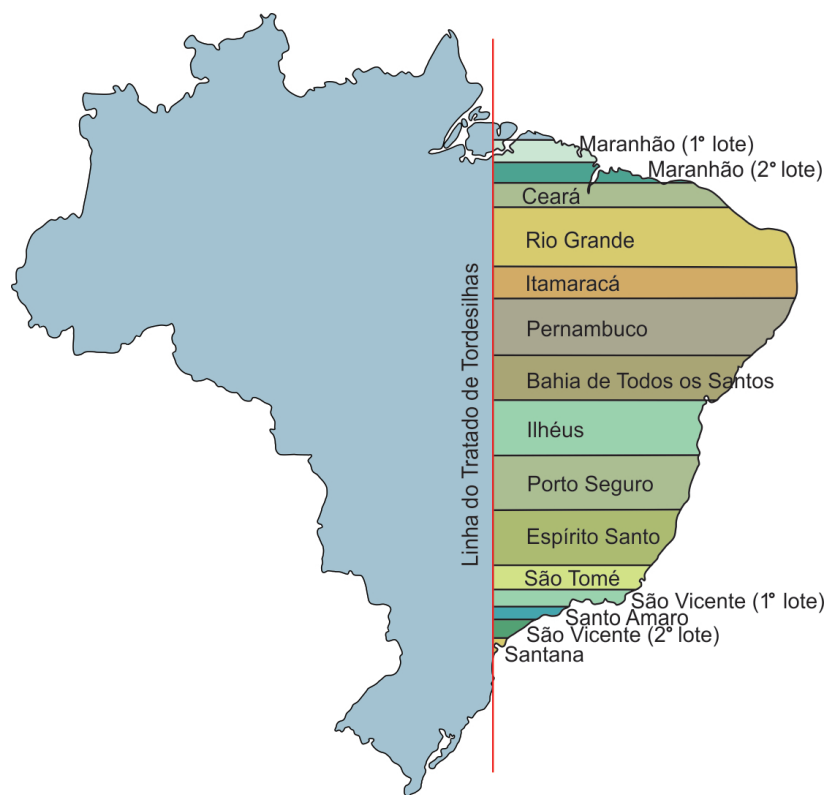


Figura 4 - Capitânicas hereditárias no Brasil.

Fonte: Imagem elaborada pelo Ilustrador.

Esse sistema possibilitava a manutenção do domínio da terra pela coroa portuguesa, sem a necessidade do investimento financeiro, já que a ocupação e exploração da colônia ficariam sob a responsabilidade de particulares. Dessa forma, o governo português transferia o ônus do empreendimento para a iniciativa particular. É importante lembrar que tal prática foi comum na tradição da Europa medieval, já que a relação em torno da terra entre suseranos e vassallos estabelecia concessões e benefícios.

Entre 1534 e 1536, o território brasileiro foi dividido em faixas de terra – inicialmente em 12 – que se estendem do litoral para o interior em largura variável de até 100 léguas. Eram chamadas de hereditárias por possuírem direitos amplos de sucessão por morte do donatário ou por outros motivos. Foram doadas a doze capitães-donatários – fidalgos, comerciantes e funcionários, representantes da burguesia e da pequena nobreza. Os donatários se comprometiam à promoção do seu povoamento e exploração em troca da concessão de grandes propriedades pessoais e importantes direitos e privilégios.

Para a legitimação da relação entre a coroa portuguesa e o donatário, a ocupação da terra era assegurada pela carta de doação e pelo foral, que





resguardavam o funcionamento do sistema no tocante ao aspecto jurídico-administrativo.

A carta de doação previa várias concessões ao donatário, como a propriedade de 10 léguas de terra ao longo da costa e o privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas. Já o foral regulamentava os direitos fiscais e os privilégios dos donatários, além de estabelecer os tributos régios. Assim, os donatários obtinham o direito de conceder sesmarias (lotes de terras) e fundar vilas. Também deveriam exercer o comando militar, fiscalizar o comércio e aplicar a lei nas terras sob sua jurisdição. Tinham ainda a função de nomear algumas autoridades administrativas, tais como o **Ouvidor** e os Tabeliões, além de presidir as eleições dos juízes ordinários – autoridades das câmaras municipais.

A-Z

Ouvidor:

Antigo magistrado com as funções do atual juiz de direito.

Com exceção das 10 léguas de terra ao longo da costa, que se tornavam propriedade do donatário, o restante da capitania dava direito apenas à posse e à sua administração. Ele tinha direito apenas sobre os benefícios e a produção que tiraria da porção de terra que lhe cabia.

Na verdade, visava-se a implantação da agricultura de exportação. O cultivo da cana-de-açúcar tornou-se então um objetivo de Portugal, que considerou o alto valor do produto na Europa, além de sua compatibilidade com o clima tropical do Brasil.

Implantado o sistema agromanufatureiro centrado na cana-de-açúcar, a produção colonial estruturou-se de forma totalmente direcionada às necessidades metropolitanas. Como o Brasil se constituía como um modelo de colônia de exploração, só poderia comercializar com Portugal, devido ao Pacto Colonial. Assim, toda produção era destinada a Portugal, que como único comprador do açúcar brasileiro obtinha inúmeras vantagens nas negociações.

Em termos de mão de obra para a execução dos trabalhos nas lavouras ficou estabelecido por Portugal o trabalho compulsório. Instituiu-se o uso de escravos na colônia. A opção deliberada pelo escravo africano desenvolveu um rentável comércio negreiro para os grupos mercantis lusitanos.

Entre todas as capitanias hereditárias criadas, somente a de Pernambuco e a de São Vicente obtiveram êxito, em parte pelos investimentos alcançados por seus donatários, respectivamente, Duarte Coelho e Martim Afonso de Souza.





Figura 5 - "Navio negreiro" de Johann Moritz Rugendas.

Fonte: Imagem em Domínio Público via Wikimedia Commons.

Duarte Coelho iniciou o cultivo da cana-de-açúcar amparado pelo rei de Portugal. As boas condições financeiras para o investimento tiveram êxito como empreendimento no nordeste brasileiro, já que na região concentrava-se grande parte dos engenhos instalados na colônia.

Inicialmente, a capitania de São Vicente também se tornou produtora de cana-de-açúcar. Porém, essa atividade tornou-se secundária em função do desenvolvimento da produção açucareira no nordeste brasileiro, com a qual não conseguiu concorrer. Tornava-se necessário encontrar outra atividade lucrativa. Assim, aproveitando a posição geográfica favorecida por seu porto muito visitado pelas embarcações espanholas que se dirigiam para o sul do continente e ali paravam visando abastecimento, os vicentinos estabeleceram o tráfico de escravos índios para o Rio da Prata. Com a fundação da vila de São Paulo de Piratininga, em meados do século XVI, o apresamento e tráfico de indígenas tornaram-se as principais ocupações da população vicentina.

A adoção do sistema de capitanias hereditárias, que aos olhos da coroa portuguesa parecia ser uma boa solução para a colonização do Brasil, mostrou-se ineficiente diante das dificuldades surgidas. Algumas capitanias foram abandonadas enquanto outras nem sequer chegaram a ser assumidas por seus donatários. Havia escassez de recursos materiais e humanos para a empreitada, além da pouca habilidade em lidar com os nativos por parte dos donatários. Ressaltem-se ainda as dificuldades naturais, como a dispersão territorial, o isolamento e o distanciamento físico entre as capitanias. Diante do fracasso do sistema, as capitanias foram retomadas pelo Estado português, sendo que as últimas acabaram extintas em meados do século XVIII.





Diversos autores divergem sobre o êxito/fracasso do sistema de capitanias. Alguns acreditam no sucesso da empreitada do ponto de vista comercial e no seu fracasso no plano político-administrativo. Outros, não relevando tais aspectos, consideram o importante papel das capitanias nos processos de ocupação e colonização do Brasil.

Apesar das capitanias não terem alcançado êxito em sua totalidade, nem terem garantido o povoamento aliado ao funcionamento da produção e do comércio na colônia, não se pode afirmar que tenham se constituído como um grande fracasso, pois representaram um passo para a preservação do domínio português. Com a implantação do sistema, houve uma organização inicial das bases administrativas da colônia nas esferas da Justiça, Fazenda e Defesa.

O povoamento na colônia apresenta sinais de incipiente desenvolvimento. Alguns núcleos de povoamento já tinham se formado a partir do surgimento de algumas vilas, como São Vicente (1532), Porto Seguro (1535), Iguaçu (1536), Ilhéus (1536), Olinda (1537), Santos (1545), entre outras.

Mas o insucesso das capitanias, somado a problemas internacionais como a exaustão do comércio das especiarias com o oriente em meados do século XVI, a atuação ofensiva dos espanhóis na América e sua conquista de Potosí, dentre outros, levavam a coroa portuguesa a intensificar a sua ação política e econômica no Brasil. Observe a seguir como aconteceu essa ação política e econômica.

2.1.1 O Governo-geral

Em 1548, diante dos problemas apresentados pelo sistema de capitanias hereditárias, D. João III criou o Governo-Geral do Estado do Brasil. O objetivo era a centralização política, administrativa e jurídica da colônia. A sede foi instalada na capitania da Bahia de Todos os Santos e, assim, comprada dos herdeiros do seu donatário.

Silva (1999, p.13) afirma que:

Com a criação do governo-geral teve a Coroa de pagar a funcionários régios, como o provedor-mor da Fazenda e ouvidor-geral, além de outros funcionários subalternos. Iniciava-se assim uma segunda fase na colonização do Brasil em que se começou a dispender com a administração, antes entregue apenas aos donatários e à custa destes.





O primeiro governador-geral nomeado foi Tomé de Souza. Teve suas competências e atribuições estipuladas pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548, que regulava o funcionamento do sistema administrativo do governo-geral. Veio para o Brasil acompanhado dos primeiros jesuítas e outras mil pessoas, aproximadamente. Após sua chegada, Tomé fundou Salvador, a primeira cidade brasileira, e instalou seu governo em 1549. A introdução da pecuária, do cultivo da cana na região de Salvador e o estímulo à vinda de portugueses e portuguesas, como colonos, contribuíram para o fortalecimento do novo núcleo.



Figura 6 - Chegada de Tomé de Souza à Bahia, numa gravura de começo do século XIX, autor desconhecido.

Fonte: Wikimedia Commons.

Além dos problemas relacionados à grande extensão do território e uma modesta estrutura física, o desempenho das funções do governador-geral enfrentava várias e grandes dificuldades até para sua imposição política e administrativa, considerando o choque inevitável pelo exercício de um poder recém-instalado em oposição aos donatários, comerciantes, colonos e padres, já estabelecidos há mais tempo na colônia.

A criação do governo-geral representou um novo ajuste nas relações metropolitanas com a colônia. Ao mesmo tempo em que diminuía o poder concedido aos particulares, criava uma centralização administrativa formatada pela estrutura jurídico-administrativa de Portugal. Assim, o controle administrativo da colônia estaria vinculado diretamente ao controle e interesses da coroa portuguesa. O molde para a criação do sistema do governo-geral





não era de substituição ao sistema das capitanias hereditárias, era de sobreposição.

O governador-geral era revestido de autoridade superior a dos donatários como também tinha maiores atribuições, como: a cobrança de impostos devidos à coroa, além da fiscalização e organização dos governos das capitanias, das vilas, dos atos dos eclesiásticos e das atividades militares; ocasionando a instalação da estrutura jurídica na colônia.

Governo-geral

Cronologia

1548 – Criação do governo-geral do Estado do Brasil, instalado em Salvador, na Bahia, em 1549.

1574 – O governo-geral é dividido entre a Bahia e o Rio de Janeiro.

1578 – Reunificação do governo-geral em Salvador.

1621 – Criação do Estado do Maranhão com sede em São Luis, abrangendo o Norte e parte do Nordeste brasileiro, até o Ceará. Tinha autonomia em relação ao Estado do Brasil.

1737 – Transferência da sede do Estado do Maranhão para Belém do Pará quando passou a ser designado como Estado do Grão-Pará e Maranhão. Extinto em 1774.

1640 – Designação de vice-reis para os governadores-gerais que pertencessem aos altos escalões da nobreza do reino.

1763 – Transferência da sede do governo-geral do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro.

A representação de seu poder na colônia estava vinculada diretamente ao rei e tornava-se responsável pela execução da política metropolitana, juntamente com seus auxiliares diretos, como o ouvidor-mor (encarregado da aplicação da justiça na colônia), o provedor-mor (encarregado da cobrança de impostos) e o capitão-mor (encarregado da defesa da terra).





Nas vilas que iam surgindo, organizavam-se as Câmaras Municipais compostas pelos “homens bons”, isto é, proprietários (de terras e escravos). A atuação dos camaristas ia desde a administração do município, como abastecimento, consertos de pontes, distribuição de água, até questões assistencialistas, como o cuidado aos órfãos desamparados e recém-nascidos abandonados.

Como a Câmara agia em nome da classe dominante local e gozava de certa autonomia em relação ao poder central, muitas vezes suas ações eram contrárias aos interesses da metrópole. Portugal não conseguiu impedir o fortalecimento do poder de grupos regionais e elites locais - que no primeiro momento são os senhores de engenho do nordeste açucareiro e, em seguida, os mineradores e comerciantes de Minas Gerais. As Câmaras Municipais muitas vezes canalizavam e exprimiam as insatisfações destes grupos sociais de elite.

Entre 1580 a 1640, Portugal ficou atrelado à coroa espanhola por problemas sucessórios. Esse período ficou conhecido como União Ibérica. Assim, Filipe II, rei da Espanha, passa a ter domínio sobre Portugal e suas colônias. Foi o período de reinado dos Filipes: Filipe II (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640).

Com relação ao Brasil, houve um novo direcionamento quanto à colonização e o incentivo à prática do desbravamento do interior da colônia. Os colonizadores eram impelidos a sair do litoral e adentrar uma região cheia de mistérios e riscos.

Durante a União Ibérica baixaram-se outros regimentos em substituição ao regimento de 1548. Objetivava-se, principalmente, adequar novas normas às especificidades do contexto de exploração da cana-de-açúcar no Brasil.

Desta forma, Priore e Venâncio (2001, p. 51) colocam que:

[...] em 1588, outro Regimento foi aprovado. Nele, novas diretrizes apontavam para uma maior presença do Estado português na Colônia: defesa da costa, exploração de salitre para defesa da armada, prospecção de “minas de metais”, proteção contra ataques e reafirmação da escravização de indígenas por “guerra justa”, assim como instalação da Relação- ou seja, tribunal da instância superior, na Bahia.





As mudanças feitas em relação à organização jurídico-administrativa colonial durante o domínio espanhol estavam ligadas às Ordenações Filipinas – conjunto de leis implantado a partir de 1603 na Metrópole e em seu império. Assim, as novas diretrizes da política administrativa adotadas aparecem nos regimentos de 1612 e 1621 evidenciando a maior atuação do governador-geral na fiscalização, controle e organização da vida colonial. Torna-se visível o interesse pela colônia, que neste momento já mostra sua viabilidade para exploração econômica nos moldes mercantilistas.

Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão, independente do Estado do Brasil, e subordinado à Metrópole. O estado recém-criado compreendia as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará e teve Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho como seu primeiro governador-geral. A Metrópole buscava com essa divisão uma ocupação e colonização mais efetivas do litoral norte.

Em 1640 Portugal recobra a sua autonomia política através da aclamação de um novo rei, D. João IV, que iniciou a dinastia de Bragança. No plano internacional, inicia-se uma fase de afastamento em relação à Espanha e aproximação com a Inglaterra, com quem Portugal desenvolve a partir daí, um histórico de atrelamento econômico e político.

Dinastia de Bragança no período colonial

D. João IV – 1640-1656

D. Afonso V – 1656-1667

D. Pedro II – 1667-1706

D. João V – 1706-1750

D. José I – 1750-1777

D. Maria – 1777-1799

D. João VI – 1799-1826

Ao final dos sessenta anos de dominação espanhola, Portugal se encontrava mergulhado em problemas políticos, financeiros e econômicos, basicamente por ter sido obrigado a adotar a política guerreira da Espanha no cenário





internacional. O país se envolveu em conflitos bélicos com os inimigos dos espanhóis, o que acabou gerando grandes dívidas para os portugueses e perda de várias de suas colônias. Assim, diante das dificuldades econômicas e financeiras, Portugal percebe a importância do Brasil para sua economia e promove uma reorganização administrativa que possibilite maior ordenamento e rendimentos de sua colônia, mesmo que fosse necessário o emprego de maior opressão.



Foi criado em 1643 o Conselho Ultramarino, que funcionou até 1808. Tinha como função a administração das colônias portuguesas sob a supervisão direta do rei.

Uma decisão inicial foi a organização do transporte para a colônia através de sistemas de comboios, procurando evitar, assim, o ataque de corsários no Atlântico. No intuito de efetivar um maior controle na colônia a metrópole intervém nas Câmaras Municipais, que em meados do século XVII perdem sua independência. Os juizes ordinários, que eram os presidentes das câmaras e eram eleitos pelos “homens bons” do município, foram substituídos pelos *juizes de fora* nomeados pelo Conselho Ultramarino.

O Brasil tornou-se fundamental para a sobrevivência econômica de Portugal. E veio a boa notícia...

2.1.2 As minas de ouro na colônia atlântica

Conforme Boxer (2000) a descoberta do ouro pelos bandeirantes no final do século XVII representava a realização de um sonho para Portugal e provocou o deslocamento do centro econômico da colônia, do nordeste (pela decadência da cana-de-açúcar) para a região das minas. A exploração do ouro representava também a interiorização da colônia, que até então se organizava apenas nas regiões próximas do litoral.

Com a exploração aurífera em Minas, o Estado metropolitano age com mais rigor e severidade, afinal temia os possíveis desvios e contrabandos dos mineradores instalados numa região desconhecida pelas autoridades portuguesas.

Para efetivar a exploração do metal precioso, a metrópole instituiu em 1702 o Regimento para as Minas Gerais, que almejava disciplinar a extração do ouro, a fiscalização das atividades relacionadas com as minas e a garantia da arrecadação tributária. Esse regimento vigorou durante todo o período colonial.





Ele previa a criação de uma intendência em cada local onde fosse descoberto ouro ou outro metal precioso. Foi criada assim, a Intendência de Minas, com o objetivo de administrar a mineração, fiscalizar a atividade e os trabalhos, distribuir as datas (lotes de terras mineráveis), cobrar tributos, impedir contrabando, etc. A Intendência ficava submetida apenas a Lisboa, mantendo autonomia em relação às autoridades locais.

Em 1702, a Coroa portuguesa instalou no Rio de Janeiro uma Casa da Moeda e Fundição na tentativa de ter controle sobre a cobrança do quinto do ouro (vinte por cento sobre o valor do ouro extraído) e coibir o contrabando numa região montanhosa na qual a própria geografia dificultava o controle sobre a atividade ilícita. Por mais que Portugal tentasse controlar e coibir, os resultados não se mostravam satisfatórios. Nos primeiros tempos da ocupação das Minas, apesar do fiscalismo e da repressão ao contrabando, a coroa portuguesa pouco conseguia arrecadar e conduzir o fruto dessa arrecadação para a Fazenda Real, apesar das rígidas regras tributárias estabelecidas. Havia um ambiente de desgoverno, o isolamento permitia o desenvolvimento do poder paralelo dos mineradores, havia carência de gêneros, dificuldades de toda ordem. Era preciso organizar essa parte da colônia com características tão peculiares (Boxer, 2000).

Após a Guerra dos Emboabas em 1708 (guerra entre os paulistas que descobriram as minas e os “estrangeiros”, que chegavam à região, vindo de diversos pontos da colônia e de Portugal, designados como emboabas), a metrópole decide intervir administrativamente com mais rigor. Assim, em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro e é nomeado Antônio de Albuquerque como governador.

Ainda segundo Boxer (2002), com a intervenção de Albuquerque, a situação conflituosa na região se torna mais serena e a arrecadação do fisco atinge o maior índice até então. Para a população local, a carga tributária imposta pela Coroa torna-se cada vez mais excessiva. Foram criados novos impostos como o de passagem (para entrar na região das minas), as entradas (cobrança sobre as mercadorias que entravam na região), o dízimo, os donativos (“doações” dos colonos para a metrópole em casos de excepcionalidade como formação de dotes das princesas, casos de guerra, recuperação de Lisboa atingida pelo grave terremoto de 1755 etc.), além dos impostos locais pagos pelos mineiros à Câmara.





Além da maior cobrança de impostos, Portugal passou a agir de forma mais opressora na administração da região. De acordo com Souza (1982, p.33), “[...] conforme aumentava a produção, mais lucro a Coroa procurava extrair do negócio, e mais violento se tornava o sistema fiscal. A Coroa enriquecia, mas o mineiro ficava pobre.”

Encontramos em Souza (1982) que em 1719, o então governador, Conde de Assumar, anuncia a abertura de casas de fundição em Vila Rica, Sabará, São João d’el Rey e Vila do Príncipe, no intuito de controlar de forma mais efetiva a cobrança do quinto. Eclode a revolta de Vila Rica sob a liderança de ricos mineradores e comerciantes da região, entre eles, Felipe dos Santos e Pascoal da Silva. A repressão ao movimento é violenta. Assumar decreta pena de morte a Felipe dos Santos (apesar de não ter autoridade para tal) e o confisco de bens de alguns envolvidos.

Utilizando ainda o relato desse mesmo autor, temos que em 1720 a capitania é desmembrada, constituindo-se a capitania das Minas Gerais e tendo D. Lourenço de Almeida como seu primeiro governador. Sua incumbência era aumentar o quinto.

De acordo com Linhares (2000), em 1729 anuncia-se a descoberta de diamantes. A região onde foram descobertas essas pedras preciosas foi praticamente isolada pela coroa, que tratou de administrá-la diretamente, criando o Distrito Diamantino. Posteriormente, foi criada a Junta da Administração Geral dos Diamantes, em 1771, pela qual a Fazenda Real explorava diretamente a pedra preciosa. No distrito, o intendente, chefe da Junta, tinha poderes plenos sobre a população.

Em meados do século XVIII, ocorre a ascensão de D. José I ao trono português (1750-1777), que nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, como seu primeiro ministro. As políticas administrativas e econômicas adotadas por Pombal atingiram o Brasil de forma incisiva. Seu intuito foi acabar com o atraso econômico de Portugal em relação aos outros países europeus e diminuir a dependência em relação à Inglaterra.

A política pombalina na colônia foi direcionada à definição de fronteiras no território, instalação de aparato burocrático-administrativo em regiões mais remotas (como região amazônica) e adoção de medidas que garantissem maior arrecadação de impostos, principalmente na região mineradora. A opressão, que já era grande, aumenta ainda mais.





Pombal acusa os jesuítas de enriquecimento à custa da exploração de indígenas, de insuflarem guerras indígenas e de terem instigado o atentado, em Lisboa contra a vida de D. José. Sob tais pretextos, declara a expulsão dos jesuítas de todo o território brasileiro. Tal ato incide sobre o frágil setor educacional na colônia, que praticamente sofre uma ruptura com a expulsão da Companhia de Jesus.

Nessa ocasião medidas administrativas foram tomadas, como a extinção do sistema de capitanias gerais; a elevação do Brasil à categoria de vice-reino, governado por um vice-rei, subordinado ao Conselho Ultramarino e a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Assim, inicia-se uma nova fase na administração da colônia (Linhares, 2000).

Koshiha (2000) aponta que a partir daí o Rio de Janeiro passou a ser o palco de mudanças estruturais e físicas importantes, já que era a capital. Foram abertas ruas e praças para adoção de uma nova configuração urbana

Conforme Koshiha, com a morte de D. José I em 1777, a situação do primeiro ministro, o Marquês de Pombal, tornou-se difícil, pois tinha contra si a insatisfação e indignação da elite lusitana, que teve que se submeter ao interesse maior do Estado português, além da oposição dos ingleses, prejudicados pela política nacionalista de Pombal, e da Igreja católica, pela expulsão dos jesuítas. Assim, Pombal foi retirado do cargo por Dona Maria I que ascendeu ao trono no lugar de D. José I e, se ela promove em Portugal um resgate aos valores conservadores e absolutistas, no Brasil seu governo passa a ser marcado por uma mescla de medidas liberais e mercantilistas.

Se, sob um aspecto que demonstrava liberalismo, foram extintas as tradicionais companhias de comércio ligadas a Portugal e que monopolizavam essas atividades, por outro lado, foi proibida a instalação de manufaturas na colônia, reafirmando, assim, a dependência econômica da colônia em relação à metrópole.

Para Koshiha (2000), ao mesmo tempo o contexto internacional mostrava alterações nas estruturas absolutista e mercantilista vigentes. A guerra de independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Inconfidência mineira no Brasil eram pontas que demonstravam a organização de um novo mundo. O Antigo Regime agonizava





Continue lendo o texto para saber como a corte portuguesa veio parar no Brasil.

2.1.3 A Corte portuguesa no Brasil

No início do século XIX, o exército de Napoleão Bonaparte ocupa grandes regiões da Europa, em nome dos ideais liberais e democráticos da Revolução Francesa. Como a Inglaterra mostrava-se uma oponente militar vigorosa e ainda protegida pela sua situação geográfica de ilha, Bonaparte decreta o Bloqueio Continental, em 1806. O intuito era o estrangulamento econômico da Inglaterra.

Teixeira (2005), afirma que Portugal fica numa situação complicada, na medida em que é fiel aliado dos ingleses, mas por outro lado teme a política militar agressiva dos franceses. A solução encontrada foi a transferência da corte portuguesa para o Brasil, pois assim a aliança com a Inglaterra seria mantida enquanto o príncipe D. João (regente no lugar de sua mãe, D. Maria I, que apresentava problemas de saúde) e sua corte estariam a salvo da ira de Bonaparte.

Conforme Koshiba (2000), em novembro de 1807 ocorre o embarque do regente português e a família real juntamente com cerca de 12 mil pessoas – entre nobres, magistrados, burocratas, padres e oficiais para o Brasil.



Figura 7 - Embarque da Família Real Portuguesa. Pintura do século XIX, autor desconhecido.
Fonte: Wikimedia Commons.





Imagine como a presença de todas essas pessoas provocou alterações na vida da colônia. A cidade do Rio de Janeiro que seria agora a sede do império português passou por reformas e construções para receber aquelas pessoas “ilustres”, acostumadas ao bem viver.

Uma das primeiras medidas tomadas por D. João foi a “abertura dos portos às nações amigas”, o que possibilitou o estabelecimento comercial sem barreiras com a Inglaterra. Tal situação evidenciou o rompimento do pacto colonial (exclusividade do comércio da colônia com a metrópole) existente desde o início da colonização.

Quadro resumo

Entre várias medidas tomadas por D. João, observam-se as algumas relacionadas à política e administração:

- Criação do Conselho de Estado, Tribunais, Intendência Geral de Polícia, Arsenal e Escola da Marinha (1808), elementos estruturais do governo português agora instalados no Brasil;
- Criação de três ministérios: Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior;
- Fundação da Academia Real Militar (1810) que seria o centro de estudos técnicos e científicos para os oficiais;
- Adoção de normas para incentivo à imigração de estrangeiros para o Brasil, principalmente, portugueses (1811);
- Elevação da condição de “Reino Unido de Portugal e Algarves” para o Brasil em 1815;
- Substituição da designação Capitania por Província;
- Fundação do Banco do Brasil;
- Instalação da Casa da Suplicação (Supremo Tribunal).

Com a morte da rainha, D. Maria I, ocorre em 1818 a aclamação do regente D. João como D. João VI. Foi nessa ocasião que sob pressão da população





portuguesa, D. João VI regressou a Portugal em 1821, deixando no Brasil, seu filho, D. Pedro, que em 1822 proclama a independência do Brasil iniciando assim o império brasileiro (Koshiba, 2000).

2.2 O Império brasileiro

No plano econômico, a exaustão das minas de ouro e pedras preciosas no final do século XVIII, causava preocupação. Até que apareceu o café, um novo produto que ocupou posição destacada no cenário econômico internacional, conforme é possível observar no quadro a seguir.

Exportação do café do vale do Paraíba (Em milhares de sacas de 60 kg)	
1821-1830	3 178
1831-1840	10 430
1841-1850	18 367
1851-1860	27 339
1861-1870	29 103
1871-1880	32 509
1881-1890	51 631

Fonte: PRADO JR (1970, p.160)

A exploração do café deu-se nos mesmos moldes da estrutura colonial, ou seja, monocultura (cultivo de um único produto), latifúndio (grande propriedade) e escravidão. Mas a produção do café incrementou significativamente o setor comercial.

Com a independência proclamada em 7 de setembro de 1822, o Brasil não foi palco de grandes transformações estruturais. A jovem nação continuava impregnada pelos componentes conservadores do período colonial, como o escravismo, por exemplo.

Observe a informação de Costa (1979, p.52):

[...] a emancipação política, realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida e cujo único objetivo era combater o sistema colonial no que ele representava de restrição à liberdade de comércio e de autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites definidos por aqueles grupos. A ordem econômica tradicional seria preservada, a escravidão mantida (...).





A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria, a escravidão em que vivia a maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva e real da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais foi tarefa delegada aos pósteres (sic).

O próprio imperador, aclamado D. Pedro I, mantinha uma postura autoritária no governo, como demonstrou na outorga da Constituição de 1824. Para elaboração da constituição, o imperador não convocou nova Constituinte, e sim, nomeou um Conselho de Estado, presidido por ele mesmo. A Constituição outorgada concentrava os poderes na figura do imperador. Foram instituídos os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Através deste último, o imperador ampliava seus poderes. Evidenciava-se assim a tendência absolutista da nova carta constitucional, segundo a qual o imperador teria em suas mãos, os poderes Executivo e Moderador.

Note que a relação do poder central com as províncias brasileiras era de controle total, pois elas eram governadas por um presidente – nomeado pelo imperador – e por um Conselho Geral. Os componentes do Conselho eram escolhidos pelo presidente da província. Estabelecia-se assim um controle seguro da situação política e administrativa de todo país por parte do imperador e de seu gabinete ministerial.

É importante ressaltar que havia um limite estreito para a participação política da população brasileira, já que a Constituição estabelecia o voto censitário, através do qual somente os homens com mais de 25 anos que tivessem uma renda mínima de 100 mil réis por ano teriam acesso ao voto. Para candidatar-se, a lei exigia a comprovação de uma renda mínima anual de 400 mil réis para deputado e de 800 mil réis para senador. Evidenciava-se assim, uma elitização social e econômica na vida política e pública do jovem país.

Diante dessas exigências as reações sociais foram inevitáveis. Estabeleceu-se a configuração de uma oposição entre o liberalismo e o absolutismo no cenário brasileiro. Enquanto as nações mais avançadas do planeta implantavam sistemas liberais, com ampliação da participação política da população, com a desconcentração de poderes, com uma perspectiva republicana e federalista, o Brasil sustentava uma visão da política como espaço exclusivo das elites nacionais e regionais, sob a tutela protetora do monarca.

Foi assim que por falta de apoio político e popular, D. Pedro I renunciou ao governo brasileiro em 1831. Deixou como seu sucessor o príncipe herdeiro





D. Pedro de Alcântara, que contava à época com apenas 5 anos de idade. Instala-se no país o governo regencial, que deveria permanecer até a maioria do herdeiro, por direito. É sobre esse período que trataremos a seguir.



Figura 8 - Aclamação do jovem Pedro II como Imperador do Brasil em 9 de abril de 1831. Jean-Baptiste Debret.

Fonte: Wikimedia Commons.

2.2.1 Período regencial

O período regencial foi um dos momentos mais tumultuados da história do país. Após a renúncia de D. Pedro I e diante da menoridade do seu sucessor legal, o filho Pedro, que na época possuía apenas 5 anos, organiza-se a administração sob a forma regencial.

Em primeiro lugar estabeleceu-se a Regência Trina Provisória, que vigorou de 7 de abril a 17 de junho de 1831, composta pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pelo deputado José Joaquim Carneiro e pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro. Apesar do caráter de provisória, a primeira regência expulsou os estrangeiros do exército nacional e concedeu anistia a todos os acusados de crimes políticos no governo de D. Pedro I. Decidiu-se também que os novos regentes não poderiam exercer o poder Moderador, dissolver a Câmara ou conceder títulos nobiliárquicos ou honrarias.

Posteriormente estabeleceu-se a Regência Trina Permanente – de 17 de Junho de 1831 a 12 de outubro de 1835, composta pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e pelos deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

Já com a Regência Trina Permanente, foi instituído o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que trouxe alterações na constituição brasileira, como a





criação de assembleias legislativas competentes nas províncias, transformação da capital do país, Rio de Janeiro, em município neutro e independente da província, estabelecimento da maioria do imperador em 18 anos e efetivação da Regência Una em substituição à Trina.

Finalmente foi estabelecida a Regência Una, de outubro de 1835 a setembro de 1837, chefiada pelo Padre Diogo Antônio Feijó; e por Pedro de Araújo Lima entre setembro de 1837 a julho de 1840.

Essa agitação no plano político esteve relacionada à atuação de 3 grupos principais, os *restauradores* ou *caramurus*, que defendiam o retorno de D. Pedro I ao governo; os *exaltados* ou *farroupilhas* ou *jurujubas*, que pretendiam reformas sociais, políticas e econômicas além da descentralização das províncias; os *moderados* ou *chimangos*, que se opunham à descentralização e às reformas estruturais no país.

Com a morte de D. Pedro I, em 1834, os restauradores não tinham mais motivos para defender seu princípio básico. As divergências e lutas, que chegaram a momentos de extrema violência ficaram polarizadas entre moderados e exaltados.

Suas principais divergências estavam relacionadas à questão da autonomia das províncias ou centralismo administrativo no plano federal, e à da separação dos poderes instituídos.

Podemos afirmar a partir das ideias de Nadai (1997), que no final do Período Regencial estavam formatados 2 partidos políticos: o Liberal, que era favorável aos princípios de autonomia, federalismo e descentralização e o Conservador (conhecido anteriormente como Regressista), que rejeitava tais princípios por considerá-los anárquicos e elementos provocadores do fim do império.

O decreto do **Ato Adicional de 1834** apontou para um caráter mais liberal pós-D. Pedro I. O fato das províncias adquirirem maior autonomia em relação ao centralismo do ex-imperador podia ser visto como sinal para o liberalismo no país, o que provocou reações dos setores conservadores no país. Na regência do conservador Araújo Lima, foi instituída, em 1837, a Lei Interpretativa do Ato Adicional que restringia os poderes das assembleias legislativas, colocando-as sob o controle do Poder Executivo Central. Volta à cena a centralização administrativa. No dia 12 de agosto de 1834, os mem-



Você pode se inteirar do que trata o Ato Adicional de 1834 acessando o endereço eletrônico <http://www.brasilecola.com/historiab/ato-adicional-1834.htm>





bros da Câmara dos Deputados estabeleceram um conjunto de mudanças que afetaram diretamente as diretrizes da Constituição de 1824. Nesse dia, o chamado Ato Adicional aprovou uma série de mudanças que refletiam bem o novo cenário político experimentado. Agora, sem a intervenção do poder régio, as tendências políticas presentes, representadas pelas alas liberal e conservadora, tentavam se equilibrar no poder (BRASIL ESCOLA).

[...]



Dentre os **conflitos regenciais**, destaca-se a Cabanagem (Pará – 1835-1840), a Farroupilha (Rio Grande do Sul – 1835-1845), a Sabinada (Bahia – 1837-1838) e a Balaiada (Maranhão e Piauí – 1838 – 1841).

A partir daí com o clima político contaminado e considerando a proliferação dos chamados **conflitos regenciais** por todo o país, os liberais reagiram e provocaram o chamado golpe da maioria, que antecipou a maioria de D. Pedro II de 18 para 15 anos. Os conservadores tiveram que apoiar o golpe, mesmo porque naquele momento de conturbações políticas e agitações sociais com tantas **revoltas populares** que você pode conferir quais foram, no quadro “Saiba Mais” abaixo, eclodindo pelo país, o jovem imperador passou a ser visto como figura capaz de serenar os ânimos e impedir uma possível fragmentação da jovem nação.

No próximo tópico abordaremos os principais eventos do chamado segundo reinado.

2.2.2 Segundo Reinado (1840- 1889)

Tradicionalmente o II Reinado é dividido em 3 fases distintas, que marcaram a vida do país em diversos aspectos:

- de 1840 a 1850 – considerada uma fase de preparação, caracterizada pela pacificação país.
- de 1850 a 1870 – considerada como fase do apogeu do II Império. Ocorrem lutas externas envolvendo Uruguai, Argentina e Paraguai.
- de 1870 a 1889 – fase em que ocorreram transformações que acabaram provocando a queda da monarquia e a proclamação da república.

Em 1840, D. Pedro II assume o trono brasileiro num clima de grande agitação popular e acentuadas divergências entre liberais e conservadores. Essas divergências acompanharam durante muitos anos o governo do novo monarca, que procurou equilibrar os 2 partidos políticos através de constantes trocas de ministérios, bajulando ora uma, ora outra facção.





Inicialmente, sua administração organizou-se no mesmo formato do reinado de seu pai. Contudo, foi mantida uma estabilidade no que se refere à organização política, devido ao funcionamento do sistema parlamentarista (inspirado no modelo britânico), que definia as relações entre os poderes constitucionais.

Como a composição do Ministério deveria ser feita por elementos do partido que tivesse maioria no Parlamento, as diversidades entre liberais e conservadores ficaram acentuadas, apesar da origem social dos membros dos dois partidos ser a mesma: a elite dominante – proprietários de terras e escravos.

Os dois grupos tiveram as disputas eleitorais como principal motivação nos governos. Cabe salientar que as eleições não representavam a vontade popular e sim a vontade dos grandes proprietários rurais que controlavam o número de eleitores, mantinham domínio sobre as províncias e, não raras vezes, fraudavam as eleições.

Naquela época, o sistema eleitoral apresentava um caráter absolutamente antidemocrático, pois era totalmente controlado pelo Poder Executivo, desde o alistamento dos eleitores até a divulgação dos resultados após a apuração. O voto censitário restringia o acesso de grande parte da população nacional aos pleitos, ao mesmo tempo em que garantia a participação exclusiva da elite dominante, que elegia seus representantes. Dessa forma,

[...] o monarca era, em suma, o único eleitor, pois, mantendo um Ministério, ele permitia ao partido que o formasse manter-se no poder, devido ao controle do processo eleitoral. Ele poderia, ainda, influir na composição política do Parlamento através da escolha dos senadores (NADAI, 1997, p.215).

Como o grande poder político residia na figura do imperador, que mantinha o Poder Moderador. Ele era alvo de bajulações palacianas, o que caracterizou o jogo político brasileiro numa disputa por favores e busca de benefícios pessoais. Essa distorção demonstrava o apego dos grupos dominantes à estrutura conservadora do país, pois temiam que as novas ideias democráticas e liberais divulgadas pelas Revoluções Americana e Francesa afetassem sua condição de elite nacional.





É importante assinalar que os princípios do federalismo adotados pelos EUA não eram os mesmos da elite dominante brasileira. Enquanto na América do Norte defendia-se a autonomia das regiões visando uma maior participação democrática, a divisão de parcelas do poder estatal e a possibilidade de busca de soluções locais para os problemas; no Brasil, a autonomia das províncias era vista como forma de realização dos interesses particularistas da classe dominante local – os grandes proprietários de terras – e não da sociedade como um todo.

A repressão feita pelo governo imperial às revoltas provinciais que se manifestaram no início do II Reinado e que propuseram um novo federalismo evidenciou o caráter de centralização da organização político-administrativa do país.

As diversas províncias passaram a ter tratamento diferenciado em função da influência política, da proximidade física com a corte e da importância econômica. Aliás, o país vivenciou um crescimento econômico durante o II Reinado através da fundação de indústrias, bancos, caixas econômicas, companhias de mineração, de transporte urbano e estradas de ferro e, principalmente, pela grande produção cafeeira. Foi nessa época que o café se tornou a base da economia nacional.



Contudo, as formas de exploração do produto permaneceram as mesmas da época da colônia: latifúndio, monocultura e escravidão. Era uma situação consolidada, apesar de o Brasil buscar uma aproximação cultural com a Europa, principalmente a França. Os valores, hábitos, costumes europeus eram copiados pelos brasileiros que tentavam, assim, fazer parte do modelo de civilização moderna apregoado pelas poderosas nações de capitalismo central. Por outro lado, em sentido inverso, os países europeus olhavam para o Brasil e demais ex-colônias com extremo preconceito.

Nas últimas décadas do século XIX, o cenário nacional vivenciou transformações socioeconômicas que acabaram por provocar a insatisfação de importantes setores sociais e políticos do país. Estavam insatisfeitos, por exemplo, o setor militar, com os rumos tomados pela Guerra do Paraguai, e boa parte dos cafeicultores, diante do processo gradual de abolição da escravidão no país, entre outros setores. No bojo desta insatisfação, formou-se o movimento que decretaria o fim da monarquia no Brasil. A seguir você pode conferir de que forma esse processo aconteceu.





2.3 República Velha ou Primeira República (1889- 1930)



Figura 9 - Proclamação da República, Benedito Calixto, 1893.

Fonte: Wikimedia Commons.

A proclamação da república no dia 15 de novembro de 1889 não pode ser vista como um rompimento ou uma revolução na história do país. Ao longo do tempo foi possível perceber que,

o ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (COSTA, 1979, p.326).

O poder político se manteve nas mãos da elite agrária cafeeira. As bases da sociedade e da economia permaneceram inalteradas, já que a agricultura exportadora era a grande estrutura que sustentava o país. Uma grande preocupação do novo governo era a preservação da ordem pública e a garantia da manutenção da sociedade organizada nos moldes de uma rígida divisão social.

Apesar da abolição da escravidão, em 1888, os proprietários de terra mantiveram intensa exploração da mão-de-obra através da figura do imigrante, que se sujeitava a receber, como os ex-escravos, salários muito baixos e péssimas condições de trabalho.





Figura 10 - Carta original da Lei Áurea, de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil.

Fonte: Wikimedia Commons.

A-Z

Federação:

União política entre nações ou estados.

De acordo com Cotrim (1999), com a Proclamação da República foi instituído um governo provisório liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Tornava-se fundamental a organização do país através da **federação**, a transformação das províncias em Estados e a constituição do Rio de Janeiro como sede do governo federal.

Em setembro de 1890 aconteceram as eleições para o Congresso Constituinte. A posse dos membros eleitos foi no dia 15 de novembro, sendo que após 3 meses de trabalhos, foi votada e promulgada a primeira Constituição republicana do Brasil, elaborada sob influência dos Estados Unidos da América. Ressaltam-se algumas novidades, como:

- Estabelecimento do federalismo, com grande autonomia para os estados;
- Adoção de 3 poderes, quais sejam, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário;
- Reconhecimento de uma nova gama de direitos do cidadão, como o direito à liberdade e à propriedade;
- Instituição das eleições diretas, com voto aberto (não secreto) para homens acima de 21 anos (não votavam as mulheres, os analfabetos, os mendigos, os soldados e os padres);





- Garantia de liberdade de culto, com exceção para camadas mais humildes da população, principalmente as de origem africana (havia restrições severas ao culto do candomblé);
- Instituição do registro de nascimento, certidão de casamento e de óbito.

O Congresso Constituinte também elegeu, em caráter de excepcionalidade, o primeiro mandato para presidente. Foram eleitos, Deodoro da Fonseca como presidente e Floriano Peixoto como seu vice.

Pressionado e diante de grandes agitações políticas, Deodoro renunciou e entregou o governo a Floriano Peixoto. Este adotou uma postura dura no combate às manifestações políticas.

Somente em 1894 foi eleito Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil. Era o fim dos mandatos militares e o início do domínio do aparelho de Estado pela oligarquia cafeeira do país. Prudente de Moraes representava a ascensão ao poder do grupo que articulou o movimento republicano composto pelos grandes proprietários de terras (cafeicultores e criadores de gado) de São Paulo e Minas Gerais. E foram os interesses desse grupo que se mantiveram e controlaram a política nacional durante a República Velha.

No governo de Campos Sales (1898-1902) foi consolidada a chamada “Política dos Governadores”, que basicamente era um acordo entre as esferas de poder federal, estadual e municipal. Trevisan (1982, p.24) coloca que,

[...] o mecanismo prático para que esse acordo funcionasse, seria a garantia de que nos estados, efetivamente, as ‘situações’ ganhassem, fazendo sempre ‘maiorias’ (daí o poder do coronel, que detinha os ‘votos de cabresto’). Para isso, criou-se a ‘Comissão de Verificação de Poderes’, que deveria resolver as dúvidas sobre quem efetivamente se elegera (impedindo ‘legalmente’ qualquer acesso da oposição). Essa comissão passaria a aceitar as ‘atas’ assinadas pela maioria das câmaras municipais. A eleição teria, como árbitro, o anterior presidente da Câmara (obviamente alguém do Partido Republicano).

Dessa forma, a Política dos Governadores fortalecia o Executivo e o Legislativo, considerando que os deputados dos estados eram eleitos desde que fossem da “situação” e fornecessem apoio político irrestrito ao presidente. As eleições dos candidatos se apoiavam no domínio dos fazendeiros ou che-





fes locais – os coronéis – que garantiam os votos necessários através de mecanismos lícitos ou ilícitos. Violência e coerção eram usadas com frequência pelos jagunços do coronel.

É preciso lembrar que o voto não era secreto. Sem o sigilo, poucos ousavam contrariar as determinações dos grandes coronéis que comandavam as localidades. O voto, nestas condições era chamado “voto de cabresto”. Ademais, não havia uma justiça eleitoral independente e as apurações eram feitas pelas autoridades governamentais, que podiam fraudar as atas que apontavam os vencedores nas urnas. Havia ainda a Comissão de Verificação de Poderes que tinha autonomia para “recusar” algum nome eleito da oposição.



Política do Café-com-Leite:

A política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a **República Velha** para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro.

O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite. Além disso, eram estados bastante populosos, fortes politicamente e berços de duas das principais legendas republicanas: o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro (ANGELO, 2008). Disponível em : <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/politica-do-cafe-com-leite-acordo-marcou-a-republica-velha.htm>> Acesso em: 28 jul.2013.

Assim, esse sistema eleitoral garantiu a manutenção do poder político dos fazendeiros paulistas e mineiros, que estabeleceram a **Política do Café com Leite**. Tal Política levou a um revezamento no poder central, já que cada mandato de presidente era exercido ora por uma pessoa indicada pelo Partido Republicano Paulista, ora por um político indicado pelo Partido Republicano Mineiro. As eleições no país acompanhavam esse jogo de revezamento. Não havia espaço para a oposição. Era o domínio da oligarquia rural em cada província e da oligarquia rural cafeeira em termos da política nacional.

Note que os interesses dessa oligarquia estavam ligados a uma política de valorização do café. Diversas medidas foram tomadas para garantir o lucro dos cafeicultores, a despeito de outras atividades econômicas que eram vistas como periféricas. Era como se o Brasil existisse para atender aos interesses do “rei café”.

Segundo Campos e Miranda (2005), a década de 1920 foi marcada por demonstrações de insatisfação dos outros estados e de camadas sociais excluídas do jogo político.

Essa insatisfação ficou clara quando eclodiram no país movimentos de reação ao governo oligárquico da República Velha, como a Guerra de Canudos, no meio rural, e a Revolta da Vacina, no meio urbano. Em certa medida, campo e cidade demonstravam descontentamento.

Deve-se destacar o movimento tenentista, que durante toda década de 20 lutou contra a estrutura hierárquica do exército e o domínio da oligarquia cafeeira no cenário nacional. Tal movimento fazia defesa de vários pontos





estruturais do Brasil, como uma ampla reforma educacional e modernização das regras eleitorais, como o fim do voto aberto.



Figura 11 - População sobrevivente da Guerra de Canudos, revolta popular esmagada pelo exército brasileiro. Fotografia de Flavio de Barros, 1897.

Fonte: Wikimedia Commons.

É possível afirmar que o Tenentismo dará o respaldo popular e político para o fim da República Velha e a instauração da República Nova, que será marcada por um significativo processo de industrialização e urbanização, implicando na quebra do poder político exclusivista das oligarquias rurais, constante na história do Brasil.



Figura 12- Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro em 5 de Julho de 1922. Esta foi a primeira revolta do movimento tenentista, que reivindicava o fim das oligarquias do poder.

Fonte: Wikimedia Commons.

Finalizando nossa aula, esperamos que você tenha percebido através do conteúdo exposto, as diferentes atitudes administrativas e políticas adotadas no Brasil até o fim da déc. de 1920.

Resumo

Nesta aula mostramos que a estrutura administrativa implantada por Por-





tugal no Brasil visava um controle o qual, em diversos momentos, não obteve êxito. A realidade geográfica, cultural, econômica e política da colônia mostrava-se desafiadora aos olhos da coroa portuguesa. Se, no primeiro momento, Portugal tentou descentralizar e se isentar de gastos com a colônia, transferindo sua exploração à iniciativa privada através das capitanias hereditárias, logo percebeu a necessidade da centralização, implantando assim, o Governo Geral. Mas com a descoberta dos metais preciosos na região das Minas, surgiram novas demandas de controle.

Sinalizamos também que com a proclamação da independência em 1822 por D. Pedro, aparecia a exigência de uma nova estruturação política e administrativa, que permanecerá latente nos governos e momentos históricos que sucederão. A falta de participação popular das discussões dos problemas nacionais constituirá um eixo presente em diversos momentos do país.

Além disso, o controle político e administrativo do país manteve-se ligado a grupos estabelecidos nos palacetes do Império ou no universo dos cafeicultores.



Atividades de Aprendizagem

1. Descreva o modelo das capitanias hereditárias implantado por Portugal no Brasil.
2. Por que a Constituição brasileira outorgada em 1824 por D. Pedro I fornecia controle absoluto das decisões ao imperador?
3. Como ficou estruturada a administração pública brasileira após a instalação do governo republicano e a promulgação da Constituição de 1891?

Caro(a) estudante,

Nesta aula apresentamos os modelos e procedimentos administrativos ao longo da história do Brasil. Chamamos a sua atenção para nossa próxima aula, na qual você poderá perceber a força e o poder das elites econômicas e políticas no país.



Aula 3. O poder nas mãos de poucos: a força das elites na tomada de decisões políticas no Brasil

Objetivos:

- reconhecer os conceitos de grupos de interesse, grupos de pressão e loby;
- distinguir a importância desses grupos dentro das dinâmicas políticas do Brasil de ontem e de hoje; e
- identificar como se deu o processo de desestatização no Brasil ocorrido a partir da década de 1980.

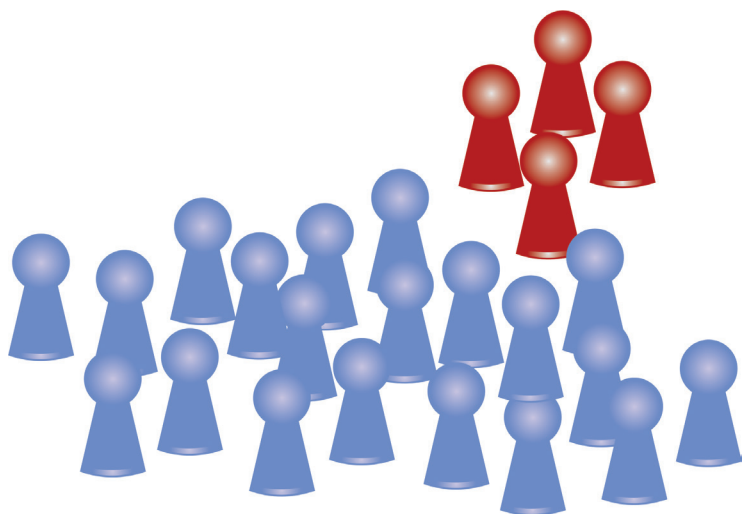


Figura 13 - As elites e as decisões políticas.

Fonte: imagem elaborada pelo ilustrador.

Caro(a) estudante,

Você certamente já se deparou com alguma manifestação de um determinado grupo de pessoas reivindicando algo. Você também já se deu conta de que esse fato é cada vez mais comum, seja nas ruas e praças, na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas e, sobretudo, na internet? Decerto, há uma diversidade gigantesca de causas, de motivos e de interesses sendo colocados nessas manifestações e, para compreendê-las melhor, podemos dividi-las em duas categorias: grupos de interesse e grupos de pressão. A partir dessa categorização, veremos em que medida esses grupos agem em



defesa de interesses públicos ou privados, ou seja, em prol da realização de interesses coletivos ou visando a obtenção de privilégios para um grupo pequeno de pessoas.

Outro tipo de ação que visa a obtenção de vantagem de um grupo, empresa ou corporação privada frente à esfera pública é o *lobby*. Mas, afinal, o que define a prática do *lobby*? Como agem os *lobistas*? Teremos a oportunidade de averiguar isso nas páginas que se seguem e refletir sobre essa questão ao longo dessa unidade.

Por fim, veremos um assunto um tanto quanto controverso e que possui relação estreita com o tema exposto acima: as privatizações ocorridas no Brasil no final do século XX e início do XXI. Polêmico por natureza, esse tema esteve presente na pauta de discussões entre os candidatos à presidência da República em 2010 e está profundamente ligado às nossas vidas, já que muitos serviços antes prestados pelo Estado, como telefonia, energia e transportes passaram por um grande processo de privatizações, além de outros setores como mineração, siderurgia, serviços bancários etc. Em que medida o processo de privatizações ocorridas no Brasil foi positivo ou negativo? Em que circunstâncias elas ocorreram? Quais são os pontos polêmicos desse processo? Qual é a sua opinião a respeito disso?

Teremos a oportunidade de abordar toda essa temática na aula que se segue.

3.1 Grupos de pressão na tomada de decisões político-administrativas

Os conceitos de grupos de pressão, grupos de interesse e *lobby* são muitas vezes confundidos, justamente por possuírem pequenas diferenças entre si. Esses conceitos possuem uma forte interligação, sendo, portanto, mais próximos do que distintos e, de certa forma, fazem parte de uma lógica que lhes é comum, qual seja, a capacidade de influenciar o governo e a sociedade civil em relação a algum tema, interesse, questão, ideia, problema, etc., de maneira ativa ou passiva. Sendo assim, podemos dizer que as diferenças entre esses três conceitos, apesar de existirem, encontram-se muito mais dentro do campo semântico do que propriamente conceitual, já que seus objetivos são mais ou menos parecidos.

Cabe aqui sintetizar as principais diferenças entre cada um deles, deixando claro que os consideraremos centrais para compreendermos de que forma





a atuação de determinados grupos foram fundamentais no processo de formação do Brasil contemporâneo.

O pensador Bobbio define o conceito de grupos de interesse da seguinte forma:

[...] é qualquer grupo que, à base de um ou vários comportamentos de participação leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, como fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes compartilhadas (BOBBIO, 1991, p. 563).

Outros teóricos como Thomas (2004) ampliam a visão de Bobbio afirmando que os grupos de interesse atuam junto aos órgãos públicos buscando fazer valer as suas reivindicações, ou seja, pressionando politicamente.

É possível afirmar genericamente que os grupos de pressão derivam dos grupos de interesse. Dessa forma, primeiramente surgem os grupos de interesse, os quais podem ou não se tornar grupos de pressão de acordo com a forma como agem e se posicionam diante do poder público. Essa diferença é colocada nos seguintes termos:

Genericamente podemos dizer que, num dado momento, os grupos de pressão são um subconjunto dos grupos de interesse que visam pressionar uma instância qualquer do poder político (...) a alterar as suas políticas num sentido favorável ao grupo ou a mantê-las caso elas já sejam favoráveis ao interesse do grupo. Neste sentido as atividades dos grupos de pressão passam sempre pela sua relação com entidades públicas. Isto já não acontece necessariamente com um grupo de interesse que pode prosseguir o seu interesse de forma completamente à margem do poder político, caso a ação não vise a alterar políticas públicas e caso o seu financiamento não dependa (no todo ou em parte) de organismos públicos (PEREIRA, 1999. p.5).

Já o *lobby*, ou **lobbying** é a ação perante o governo de um grupo de pressão ligado a alguma empresa ou entidade que possui fins lucrativos, a fim de atingir seus objetivos. Ou seja, o lobby é feito de forma a influenciar as tomadas de decisões políticas no âmbito do Estado. O ato de fazer *lobby* é feito por um representante do grupo interessado (o “lobista”) com o objetivo de, digamos, “ganhar a cumplicidade” de algum grupo político que

A-Z

| Lobbying – Ato de fazer lobby.





possa aceitar ou defender os interesses desse mesmo grupo.



Figura 14 - The Lobby of the House of Commons, Liborio Prosperi, 1886. Prática do lobismo na Câmara dos Comuns do Reino Unido. Algumas das primeiras utilizações escritas do termo lobby foram constatadas na Inglaterra em meados do século XIX.

Fonte: Wikimedia Commons.

Em alguns países como nos Estados Unidos o ato de fazer *lobby* é reconhecido como profissão. Já no Brasil, o *lobbying* é considerado uma atividade informal, muitas vezes visto como a semente da corrupção política, na medida em que é compreendido pela legislação brasileira como uma forma ativa de suborno ou tráfico de influência, portanto ilegal.

Nos EUA, os *lobbies* são configurados em escritórios dotados dos mais sofisticados recursos tecnológicos, contando com equipes técnicas de pesquisadores e especialistas em propaganda e *marketing*. Fazer *lobby* é uma atividade antiga, legal e legítima nos Estados Unidos. Ela é protegida pela Primeira Emenda da Constituição, que proíbe o Congresso de aprovar leis que restrinjam a liberdade de expressão ou os direitos das pessoas de se reunir pacificamente e apresentar petições ao governo para remediar suas queixas.

No Brasil o seu desenvolvimento ocorreu quando o país ainda estava sob o regime militar. O termo *lobbying* geralmente é utilizado quando a imprensa se refere à corrupção e ao tráfico de influência. Criou-se por trás desse termo e dessa atividade um estigma de marginalidade que hoje está longe de ter sido superado. Isso está associado ao fato dessa atividade sempre aparecer associada a escândalos, a licitações direcionadas, propinas e obras superfaturadas.





Nos países em que é legalizado, o *lobbying* se mostra efetivo ao apontar para o legislador pontos de vista divergentes sobre o tema em discussão, tendo assim um destacado papel como força social de aproximação entre a sociedade civil e o Estado.

No entanto, o atual formato da representação de interesses no Brasil privilegia aqueles poucos grupos de pressão que têm capacidade para implementar ações de *lobbying*. (RUJEL, s/d.) Disponível em: <www.craes.org.br/arquivoTecnico/Lobby>

Procure refletir o porquê do *lobby* ser regulamentado em determinados países e proibido no Brasil. Será que a não regulamentação do *lobby* em nosso país abre mais espaço para a corrupção?



Assim, temos que os grupos de pressão, mais enfáticos que os grupos de interesse. Aqueles podem atuar junto aos órgãos governamentais, promovendo ou não o *lobbying*, com finalidades políticas e/ou econômicas visando conquistar os seus interesses de forma permanente, atuando na elaboração de políticas públicas para que estas lhes sejam benéficas.



Os grupos de pressão podem atuar de dentro ou de fora das instituições públicas. Por exemplo: certo grupo pode lutar por cadeiras no legislativo ou mesmo financiar campanhas de vereadores, deputados ou senadores que compartilham pontos de vista próximos aos seus. Outras formas de atuação dos grupos de pressão é marcar presença nas comissões de orçamento das câmaras legislativas nos âmbitos municipal, estadual ou federal, abordar membros do poder executivo, tais como secretários de governo ou ministros, com ou sem a prática do *lobbying*, procurando levar adiante os seus interesses. É importante notar que, na medida em que o poder executivo vem ganhando cada vez mais força dentro da cena política brasileira atual, os grupos de pressão e de interesse procuram ter um contato maior com seus membros, sejam eles governadores, prefeitos, ministros, secretários de governo ou mesmo funcionários com cargos de direção e gerência dentro dos órgãos de consulta, estudo, planejamento e controle desses departamentos. Isso não quer dizer que os grupos de pressão e de interesse não atuem junto aos representantes dos poderes legislativo ou judiciário. No entanto, como o executivo vem adquirindo cada vez mais poder de decisão sobre as questões econômicas, este sofre mais assédio por parte desses grupos.





Convém deixar claro que não compreendemos os partidos políticos como grupos de interesse e de pressão, pois esses grupos diferenciam-se dos partidos pelo fato de não buscarem o exercício direto do poder, uma vez que não fazem parte da disputa eleitoral para tanto. Outros pontos apresentados por Pereira contribuem para uma melhor compreensão do porquê não incluir partidos políticos como grupos de interesse e de pressão:

Em primeiro lugar o papel que desempenham no quadro constitucional é específico e está consagrado na Constituição de muitos países o que significa que têm um lugar um pouco à parte dos grupos de interesse. Em segundo lugar, os partidos ao pretenderem apresentar versões de uma sociedade ideal, deverão ter uma visão mais ou menos articulada de uma multiplicidade de problemas sociais. Isto significa que devemos entender as plataformas políticas de cada partido de dimensão eleitoral significativa como formas de *compromisso* entre uma multiplicidade de interesses. Obviamente que quanto maior o peso eleitoral do partido, maior deverá ser o compromisso e de certa forma a ambiguidade da plataforma política para poder não desagradar aos seus eleitores que tipicamente terão preferências heterogêneas. Inversamente, quanto menor o peso eleitoral do partido, mais restritos poderão ser os interesses apoiados pelo partido. No limite podemos até ter partidos que, pela sua reduzida expressão eleitoral, podem ser apenas formas institucionais diferentes que assume a organização de interesses específicos (ou seccionais). Mesmo neste caso, tratando-se de partidos políticos, não poderão deixar de se pronunciar sobre as grandes questões nacionais sob pena de erosão eleitoral. (PEREIRA, 1999, p.4)

Uma prática muito comum utilizada pelos grupos de pressão e de interesse é legitimar seus valores e posições através do convencimento da opinião pública. Para tanto, buscam meios diversos para difundir a imagem de que suas ideias são as melhores, seus pontos de vista os mais corretos e honestos, suas ações são as mais benéficas para a sociedade, procurando convencer a sociedade a adotá-las ou aceitá-las. Fazendo isso, podem ganhar adeptos e, assim, uma maior repercussão do seu discurso, aumentando a força com que suas reivindicações chegam às instituições governamentais.

Observe que a ação dos grupos de pressão é fundamental dentro do processo político. A força individual de um voto ou a ação solitária de um indivíduo frente às instituições governamentais na busca pelo atendimento de suas demandas, apesar de fazer parte do processo democrático, influi pouquíssimamente.





mo nas tomadas de decisões políticas. Por outro lado, a participação política de cidadãos (e de empresas) em grupos organizados é cada vez maior, sobretudo em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Esses grupos se colocam muito mais vigilantes na observação dos rumos socioeconômicos e políticos do seu país e agem no sentido de influenciar os órgãos governamentais na organização e execução de políticas públicas que lhes interessem.



Figura 15 - O papel dos grupos de pressão é levar demandas às instituições governamentais e colaborar na tomada de decisões políticas.

Fonte: Imagem elaborada pelo ilustrador.

Podemos então analisar os grupos de pressão e de interesse de duas formas: uma positiva e outra negativa. Pensando pelo lado positivo, devemos levar em conta que esses grupos podem exercer uma força suplementar aos partidos políticos. Assim, ajudariam a promover o interesse público permitindo, por exemplo, que minorias obtenham algum tipo de justiça. Por outro lado, existem muitos inconvenientes derivados da ação dos grupos de pressão e dos grupos de interesse. Distorções graves podem ocorrer em suas práticas, como a luta desenfreada pela realização de interesses pessoais em detrimento do interesse geral, o poder sem responsabilidades, a desunião dos membros da comunidade, a atomização do poder, etc.

Devemos compreender que os grupos de pressão e de interesse podem atuar de forma legítima e idônea com vistas ao benefício coletivo, mas também podem ser instrumentos causadores e aprofundadores de problemas sociais já gravíssimos e que tanto assolam o nosso país, por exemplo, quando atuam visando apenas o benefício específico de um pequeno grupo de indivíduos em detrimento de outros. Procure pensar em exemplos onde essas situações ocorreram: grupos de pressão e de interesse atuando em prol do benefício comum ou em benefício privado. Pesquise em artigos de jornais, revistas ou





na internet. Procure se lembrar de algo nesse sentido que tenha ocorrido em sua rua, bairro ou cidade.

Portanto, devemos deixar claro que os conceitos de grupos de pressão e grupos de interesse utilizados aqui possuem uma abrangência bastante amplificada. Assim, a noção que temos desses termos é de que eles possuem caráter tanto “associativo” (em que seus membros emergem da sociedade civil e partilham de pelo menos um interesse comum), quanto “institucional” (como o próprio nome indica, se identificam com determinadas instituições, tais como igreja, exército, administração pública, etc.).

3.1.1 A atuação dos grupos de pressão na história do Brasil

Ao longo da história do Brasil independente, esses grupos de pressão e de interesse atuaram (e ainda atuam) de formas variadas, alternando-se em graus diferentes dentro da escala de influência junto ao poder público. Isso se deu em função dos diversos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais pelos quais o país e, claro, o mundo, passou nesses quase duzentos anos. Em determinados momentos a força dos grupos de pressão ficou polarizada entre dois ou três grupos apenas, como em certas fases do período imperial ou mesmo durante a República Velha. Já em outros períodos – como nos últimos vinte e cinco anos –, uma gama enorme de grupos de pressão e de interesse se fez representar perante o poder público, demonstrando uma capacidade de organização fortíssima e atuando de maneira incisiva e multifacetada no cenário político brasileiro.

Mesmo que sucintamente, perfilaremos o rol dos grupos de pressão e de interesse que fizeram parte de história do Brasil após a sua independência, tomando como referência os estudos disponibilizados por Linhares (2000).

3.1.1.1 Período Imperial (1822-89): os portugueses, na defesa de seus privilégios, sobretudo comerciais; os representantes do capitalismo inglês; os proprietários de terras e de escravos, notadamente os cafeicultores do Vale do Paraíba e os senhores de engenho do nordeste; os cafeicultores do oeste paulista, desejosos em participar das tomadas de decisões políticas; os abolicionistas; os militares, partidários do republicanismo; os monarquistas, defensores da manutenção do sistema monárquico e de toda a sua estrutura de poder; as camadas médias urbanas, desejosas em obter maior campo de ação política e econômica, etc.





3.1.1.2 República Velha (1889-1930): os monarquistas, defensores do retorno do sistema monárquico; as oligarquias rurais, cujo poder derivou da chamada **política dos governadores** e atendeu aos interesses dos grandes fazendeiros, particularmente dos cafeicultores; os militares, que desde o início da República foram opositores da **oligarquia** dominante dos fazendeiros de café, promoveram rebeliões contra esses grupos no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e percorreram quase todo o país (cerca de 24 mil km) na tentativa de sublevar as populações do interior contra as oligarquias rurais e o governo do Presidente Arthur Bernardes (esse movimento ficou conhecido como Tenentismo); o movimento operário que, mesmo com o pequeno crescimento industrial brasileiro, procurou criar um ambiente propício para a circulação de ideias, tanto anarquistas – restritas naquela época ao sindicalismo e desconectadas das discussões políticas – quanto comunistas. É preciso esclarecer que, naquele momento a ação dos comunistas no Brasil não era muito bem definida e acabou atrelada aos sindicatos. Estes se tornaram extremamente burocratizados e sem uma ligação direta com o que seria uma pauta de ação dos socialistas em nosso país.

3.1.1.3 Primeiro governo Vargas e o Estado Novo (1930-45): grupos oligárquicos antagônicos, contrários à “política do café com leite” ou defensores da permanência desse sistema político, em particular os paulistas; as camadas pobres e médias da sociedade civil, que passaram a apoiar Vargas em função dos benefícios advindos da legislação trabalhista e do desenvolvimento industrial promovido pelo próprio Estado; setores médios favoráveis aos ideais comunistas, tais como os membros da ANL (Aliança Nacional Libertadora), dirigida por Luis Carlos Prestes; grupos ligados às antigas elites, que lutavam contra a ditadura Varguista e a favor do retorno da democracia.

3.1.1.4 O retorno da democracia ou a “República Populista” (1945-64): Dentro do contexto da Guerra Fria havia muita pressão externa, sobretudo norte-americana, para que o Brasil continuasse alinhado ao capitalismo. Vargas, com seu “nacionalismo econômico” (vide a criação da Petrobrás), anti-imperialista e de mobilização popular contrariou as expectativas capitalistas norte-americanas e da elite conservadora, encontrando uma forte oposição das elites. Juscelino Kubitschek, ao contrário, abriu o Brasil ao capital estrangeiro e fez do Estado um agente coordenador do desenvolvimento econômico. Deve-se a ele a instalação de indústrias automobilísticas e de bens duráveis de consumo (geladeiras, carros, etc.), creditando às empresas multinacionais importância fundamental para a economia do país. A inclinação esquerdista de João Goulart (vide Reformas de Base) fez com que ele

A-Z

Oligarquia - A palavra oligarquia significa “governo de poucos”, cuja ação visa o benefício próprio. As oligarquias rurais brasileiras dos primeiros anos da república eram formadas por poderosos grupos políticos, apoiados na força dos coronéis. Estes, por sua vez, podiam ser os membros ou os representantes dessas oligarquias. Era prática comum entre os coronéis influenciar no resultado das eleições através do uso da violência de seus capangas, falsificar títulos ou listas eleitorais, saquear urnas, intimidar elementos da oposição, comprar votos, etc.

Política dos governadores - A “política dos governadores” consistiu numa troca de apoio entre governo federal e governos locais, com finalidade de sempre manter no poder os representantes dos grandes fazendeiros.



Para conhecer o que foi a Guerra Fria e sobre a criação da Petrobrás acesse os endereços abaixo:
Guerra Fria: <http://www.youtube.com/watch?v=ry8htv8wIAQ>
Petrobrás: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/>





POPULISMO - O populismo é um fenômeno político particularmente forte nos países periféricos do sistema capitalista.

Existiu em grande parte da América Latina entre as décadas de 1930 e 1960 e, no período neoliberal, retorna, mas com um conteúdo político novo. O conceito de populismo é muito discutido na ciência política. Aqui, não podendo apresentar essa discussão, diremos apenas que o populismo resulta da convergência entre, de um lado, uma insatisfação popular difusa e politicamente impotente e, de outro lado, uma ação deliberada de partidos políticos e do Estado de apoiar-se nessa insatisfação e dirigi-la para um objetivo político que é definido sem a participação popular. O Estado define uma direção política para essa insatisfação popular difusa, dirigindo "do alto" os trabalhadores desorganizados. A relação direta do político populista com a massa desorganizada é o aspecto formal mais saliente desse fenômeno político. (BOITO JR, 2004). Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html>. Acesso em: 28 jul. 2013. É importante lembrar que na história do Brasil, foi no chamado período populista (1945-64) que houve o deslocamento do polo dinâmico da economia, do campo para as cidades.



Acesse os endereços a seguir para saber mais sobre as Diretas Já: http://www.youtube.com/watch?v=xjPY7YA_DAs - <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/diretas-ja-434199.shtml>

ganhasse apoio das camadas populares. Assim como Vargas e Jânio Quadros (seu antecessor), foi fortemente criticado e hostilizado por setores conservadores que, aliados aos militares, promoveram um golpe de Estado e o retiraram do poder, dando início assim ao período militar (1964-1985);



Figura 16 - Manifestação das Diretas Já em Brasília, em frente ao Congresso Nacional.
Fonte: imagem do Arquivo Agência Brasil.

3.1.1.5 Ditadura Militar (1964-85): nesse período ocorreu o alinhamento completo do país ao capitalismo internacional, no qual as empresas multinacionais (sobretudo norte-americanas) se converteram no centro dinâmico da economia brasileira. A implantação desse modelo econômico levou o país a ter sérios problemas financeiros, com graves consequências para as classes mais pobres: endividamento externo, inflação, concentração de renda e pobreza generalizada. Aliado aos problemas financeiros havia toda uma pressão de setores da sociedade contra a ditadura e a favor do restabelecimento da democracia: grupos estudantis (UNE – União Nacional dos Estudantes), de trabalhadores (CGT – Central Geral dos Trabalhadores), Igreja Católica (que inicialmente apoiou a ditadura, mas passou a combatê-la num momento posterior), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), etc. Houve uma radicalização da oposição dos grupos de esquerda, que partiram para a luta armada por meio de organizações paramilitares: ALN (Aliança Libertadora Nacional), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), VAR-Palmares (Vanguarda Revolucionária Palmares), etc. Muitos membros dessas organizações foram presos, torturados e assassinados pelos órgãos de repressão policial e militar naquele período. O regime militar só começou a fraquejar quinze anos depois do golpe militar. João Batista Figueiredo (1979-85) promoveu uma reforma política que possibilitou a criação de novos partidos.





Havia um clamor popular a favor das eleições diretas para presidente (o movimento “Diretas já”), o que não veio a ocorrer. Tancredo Neves foi eleito por um colégio eleitoral no final de 1984, porém faleceu antes da posse e seu vice, José Sarney, acabou assumindo a presidência do país.

3.1.1.6 A “Nova República” (1985 - 2010): Da abertura política até os dias de hoje passamos por sete mandatos presidenciais – com cinco presidentes diferentes –, uma série de planos econômicos e de ações governamentais nas mais diversas áreas, como saúde, educação, moradia, infraestrutura, segurança, cultura, programas de transferência de renda, reforma agrária, leis trabalhistas, etc. Todo esse conjunto de ações transformou sensivelmente a sociedade brasileira que cresceu, se desenvolveu, enriqueceu, ficou mais escolarizada, teve mais acesso a bens de consumo, ficou mais consciente em relação às questões socioambientais, se habituou a viver dentro de um estado democrático de direito entre outras mudanças. Entretanto, isso não quer dizer que passamos a viver numa sociedade perfeita. Pelo contrário, temos ainda muitas deficiências, muitas etapas a vencer para que ocorra uma diminuição das enormes diferenças entre ricos e pobres, para que as diversas formas de preconceito sejam definitivamente superadas, assim como a miséria, as injustiças, a corrupção, a violência e para que tenhamos uma eficácia dos serviços públicos, atinjamos a sustentabilidade ambiental, atuemos de forma mais efetiva na defesa dos direitos humanos, tenhamos uma educação de qualidade para todos, nos conscientizemos politicamente e outros desafios a superar.

Nesse contexto, foram inúmeros os grupos de pressão e de interesse que se organizaram e passaram a atuar no Brasil. Assim, torna-se tarefa quase impossível elencá-los e caracterizá-los neste espaço. O que podemos fazer é apenas oferecer um panorama geral dos múltiplos interesses (individuais e/ou coletivos), pontos de vista e orientações políticas e econômicas que fizeram parte da sociedade brasileira nos últimos vinte e cinco anos. Vejamos alguns exemplos: grupos religiosos, organizações militares, empresas nacionais e multinacionais, centrais sindicais, grupos patronais, grêmios, os mais diversos tipos de ONGs (organizações não governamentais), uniões empresariais, grupos de negócio (FIEMG, FIESP, CNI, etc.), defensores e críticos da política neoliberal, o movimento dos “caras pintadas” (no episódio do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello), entidades de classe (OAB, CREA, etc.), grupos de causa ou de atitude (Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Sociedade Protetora dos Animais, etc.), os movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sociedades de defesa dos





direitos dos índios, grupos de defesa dos direitos humanos, Movimento dos Sem Teto, órgãos de defesa do consumidor, movimento negro, movimento estudantil etc.), associações comunitárias, órgãos de imprensa, etc.



Como foi dito anteriormente, é impossível pontuar a ação de todos esses grupos nesses últimos anos. Entretanto, é importante ressaltar que, salvo raras exceções, todos esses grupos foram fundamentais no processo de consolidação da democracia brasileira contemporânea. Dentro da realidade brasileira atual, com qual ou quais grupos de interesse ou de pressão você simpatiza? Com quais você antipatiza? Por que?

Volte ao início da aula e verifique que um dos objetivos propostos é que você possa identificar a desestatização ocorrida no século XX. Este é o assunto do próximo tópico.

3.2 A desestatização nos anos 90 do século XX

A definição do conceito de desestatização que será adotada nesse texto refere-se ao conjunto de medidas tomadas com o objetivo de “diminuir o tamanho do Estado”, tal como sinaliza Di Pietro (2003):

- a) **Desregulamentação:** diminuição da intervenção do Estado no domínio econômico;
- b) desmonopolização de atividades econômicas;
- c) Venda de ações de empresas estatais ao setor privado (desnacionalização ou desestatização);
- d) concessão de serviços públicos a empresas privadas;
- e) **contracting out:** forma pela qual a administração pública celebra acordos de variados tipos para buscar a colaboração do setor privado, podendo-se mencionar, como exemplos, os convênios e os contratos de obras de prestação de serviços – é nesta última fórmula que está contemplada a terceirização.

3.2.1 Antecedentes históricos

A vigência do Estado liberal - pautada na liberdade da economia de merca-





do, na especulação financeira e na exploração do trabalhador, entre outras coisas - promoveu distorções econômicas e sociais que culminaram na quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e a conseqüente crise dos anos 30 do século XX. Foi naquela década que um novo modelo de Estado foi pensado e tomou lugar em vários países do mundo: o Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State*. A proposta daquele novo modelo de Estado era buscar a superação da igualdade meramente formal do **liberalismo** – onde a igualdade é apenas jurídica – para a promoção de uma igualdade também no sentido material. Assim, atribuiu-se ao Estado o dever de intervir na ordem econômica para corrigir as profundas diferenças sociais provocadas pelo liberalismo.

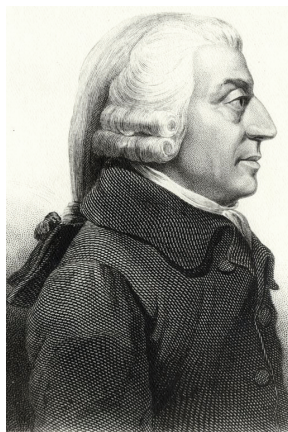


Figura 17 - Da esquerda para a direita: (1) O filósofo inglês John Locke, ideólogo do liberalismo. Retrato de John Locke, por Sir Godfrey Kneller, 1697. Imagem em domínio público via Wikimedia Commons. (2) O filósofo e economista escocês Adam Smith, principal teórico do liberalismo econômico e considerado pai da economia moderna. Perfil de Adam Smith, gravura de autor indefinido baseado no medalhão de James Tassie, 1787.

Fonte: Imagem em domínio Público via Wikimedia Commons.

E de que forma o Estado passou a atuar na economia? De várias formas, entre elas:

- a)** na área de serviços públicos, entrando na categoria de serviços públicos comerciais (transporte, energia elétrica), industriais (produção e comercialização de bens capazes de produzir renda e lucro) e sociais (educação, cultura, saúde). O Estado passou a criar um maior número de empresas estatais e fundações para desempenhar tais serviços;
- b)** outras atividades produtivas o Estado deixou nas mãos da iniciativa privada, mas em determinados países ou em momentos muito específicos passou a exercê-las a título de intervenção no domínio econômico, por meio de sociedades de economia mista, empresas públicas e outras empresas sob o controle acionário do Estado;



Liberalismo

Doutrina política e econômica cuja preocupação central é a liberdade dos indivíduos. O liberalismo surgiu no fim do século XVII em oposição ao absolutismo das monarquias europeias. No plano político, o liberalismo defende a divisão do Estado em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e o princípio da submissão do Estado a uma Constituição, como forma de garantir a liberdade e os direitos dos indivíduos. No plano econômico, propõe a liberdade irrestrita do mercado e condena a intervenção do Estado nas atividades econômicas (SERIACOPI, 2005. p. 535).





c) em outros casos o Estado limitou-se a fomentar certos setores produtivos, por considerá-los de interesse para a coletividade. O Estado passou a fomentar a iniciativa privada por diferentes meios, como os honoríficos (prêmios, recompensas, títulos e menções honrosas), os jurídicos (outorga de privilégios do Poder Público que outras entidades não têm.) e os econômicos (auxílios, subvenções, financiamentos, isenções fiscais, desapropriações por interesse social, etc.).

Passaram-se os anos e muitas críticas a esse papel do Estado começaram a aparecer – advindas, sobretudo, de grupos ligados aos interesses econômicos da burguesia. A maioria dessas críticas alegava que o crescimento do Estado e a sua atuação no campo econômico resultou, em muitos casos, na má qualidade dos serviços prestados, na má gestão do dinheiro público, entre outras coisas, tais como:

a) o Estado, de prestador de serviços, passou a “empresário investidor”, o que ocasionou o fortalecimento do Poder Executivo e a atribuição de poderes normativos aos demais poderes, com inevitáveis reflexos negativos nos princípios da legalidade e da separação entre os poderes;

b) a excessiva burocratização de todas as atividades do Estado, o que implicou na lentidão e ineficiência dos seus serviços;

c) limitações à liberdade econômica, já que o Estado passou a atuar como empresário em determinadas áreas, influenciando diretamente no campo das liberdades individuais, como o direito à livre-iniciativa e à livre-concorrência. Por vezes a atuação do Estado nesse sentido resultou na configuração de monopólios legais em favor do Estado;

d) no Estado de Bem Estar Social o indivíduo passou a exigir de maneira muito mais incisiva a ação estatal em diversas áreas como: educação, saúde, transporte, proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio histórico e artístico nacional, ao acesso a financiamentos públicos para realizações privadas, etc. Essa multiplicidade de interesses individuais ou coletivos acabaram tornando mais complexas as relações entre a administração e o “administrado”, com o aumento da carga tributária e a ameaça à própria capacidade do Estado em atender aos direitos fundamentais dos cidadão.

Na opinião dos críticos do Estado de Bem Estar Social, a atuação do Estado nos mais diversos níveis (social, industrial, comercial), provocou dificuldades





extremas em seu arranjo institucional para atender às demandas da população, além de limitar a capacidade de iniciativa dos indivíduos no campo econômico. Esses críticos passaram a alegar que deveria haver uma reforma desse modelo de Estado de tal maneira que ele pudesse assumir novas e diferentes funções, promovendo uma maior inserção da participação popular no processo político, nas decisões do governo e no controle da administração pública.

Para tanto, o “tamanho” do Estado deveria ser menor e a prática da privatização o meio pelo qual se daria o seu redimensionamento. Dessa forma, de acordo com os defensores dessa ideia – que passaram a ser chamados de neoliberais –, haveria ganhos políticos, econômicos e sociais enormes, como:

- a)** significativa diminuição dos gastos públicos com empresas estatais deficitárias;
- b)** maior agilidade e eficiência nos serviços prestados, dada a sua desburocratização e a adoção de métodos de gestão mais dinâmicos e eficientes assimilados da iniciativa privada;
- c)** enorme impulso econômico, incentivado pelo fim dos monopólios estatais e a aplicação da livre concorrência – caberia ao Estado incentivar e subsidiar a iniciativa privada, quando eficiente, bem como fiscalizá-la, para proteger o usuário e o consumidor.

Dentro dessa nova ordem, restariam ao Estado os seguintes papéis: desenvolver atividades que garantam o princípio da soberania e que são indelegáveis a entes particulares como, segurança, defesa, justiça, relações exteriores, legislação e polícia. Também caberia ao Estado o papel de subsidiar as atividades econômicas da iniciativa privada. Ao fazer isso o Estado estaria cumprindo o seu papel de promover o bem comum ou o interesse público – que passa a ser entendido como interesse dos cidadãos.

Já à iniciativa privada caberia a promoção e desenvolvimento das atividades sociais (educação, saúde, pesquisa, cultura, assistência) e econômicas (industriais, comerciais e financeiras), sempre subsidiadas pelo Estado e com o mínimo de intromissão deste, podendo atuar apenas quando for estritamente necessário, como quando a iniciativa privada se apresentar deficiente, por exemplo.





Todo esse conjunto de críticas ao Estado de Bem Estar Social tomou corpo e ganhou força ao longo da década de 1980, apoiadas pela união dos interesses de grupos de centro-esquerda e centro-direita, notadamente defensores dos interesses do capital privado.



Nos anos 70 e principalmente nos anos 80 (século XX), a economia mundial passou por uma grande crise. Nos países ricos as taxas de crescimento reduziram-se à metade em relação ao que foram nos primeiros 20 anos após a Segunda Guerra Mundial, enquanto as taxas de desemprego aumentaram, principalmente na Europa, e o milagre japonês que sobreviveu aos anos 80, entrou em colapso nos anos 90. Na América Latina e no Leste Europeu, que se recusaram a realizar o reajustamento fiscal nos anos 70, a crise se desencadeou nos anos 80 com muito mais violência (PEREIRA, 1997. p.10).

Da mesma forma que a Grande Depressão dos anos 1930 promoveu severas críticas ao liberalismo e desencadeou a criação do Estado de Bem Estar Social, a crise do capitalismo que teve lugar nos anos 1980 acenou para o colapso desse modelo de Estado e abriu caminho para que propostas de reforma fossem feitas com o intuito de torná-lo “menor”, mais barato, mais eficiente e mais forte. Essas reformas se pautaram nos programas de privatização (ou desestatização) que tiveram lugar em quase todo o mundo, principalmente entre os anos 1980 e 2000.

Conforme Amaral Filho (1996) com o colapso do socialismo, a redução do “tamanho” do Estado ganhou força, tornando-se fato comum em toda Europa, alicerçado, principalmente, em argumentos de natureza econômica.

Vejamos agora como essa perspectiva político-econômica tomou forma no Brasil.

3.2.2 Estado e economia do Brasil: o processo de privatização

O processo de fortalecimento da presença do Estado brasileiro no campo econômico iniciou-se com Getúlio Vargas na década de 1930 e 1940, vide a criação da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional. Nas décadas seguintes houve uma ampliação dessas ações, como nos casos da criação de empresas como a Eletrobrás, Telebrás e Siderbrás.



Figura 18 - Logomarcas atuais de algumas das empresas criadas pelo Estado brasileiro para a promoção da industrialização nacional.

Fonte: imagem elaborada pelo ilustrador com base nas logomarcas oficiais disponíveis online.





É interessante notar que coube ao Estado a onerosa tarefa de promover o processo de industrialização do país – o que de fato ocorreu – a partir da criação de empresas estatais que ajudaram a desenvolver a infraestrutura essencial à industrialização privada. O Estado brasileiro atuou no desenvolvimento da estrutura viária, do setor energético, da indústria de base, sobretudo siderurgia, entre outras.

Outro elemento digno de nota é o fato de que a atuação do Estado na economia com vistas ao desenvolvimento econômico não é fruto de uma ação planejada ou de tentativas de se opor a algum segmento do setor privado, mas sim o resultado de muitas circunstâncias que “forçavam” o governo a intervir no sistema econômico nacional (BAER, 1993). Diversas empresas públicas brasileiras foram criadas para preencher vazios estratégicos na estrutura industrial que as empresas privadas não poderiam – por ausência de iniciativa do capital privado – ou não deveriam ocupar. Isso ocorreu inclusive nos serviços de utilidade pública como, por exemplo, no setor de telecomunicações, que precisavam atender as necessidades sociais e incorporar os avanços tecnológicos do mercado internacional.

Não há como negar que uma das principais consequências da estatização da economia brasileira foi o elevado endividamento do setor público e, principalmente, a falta de recursos para investimentos em infraestrutura.

Foi a partir da década de 1970, que por diversas razões, que vão desde as pragmáticas – como os altos custos e déficits – até políticas e ideológicas, ganhou força a ideia da necessidade de redução do “tamanho” do Estado e de sua ação direta no campo econômico.

Entrou em cena então a promoção de privatizações das empresas controladas direta ou indiretamente pela União, assim como aquelas onde o Estado tinha participação acionária.

Os argumentos apresentados pelos defensores das privatizações eram:

- a venda eliminaria parte da dívida externa brasileira e o respectivo pagamento dos juros dessas dívidas;
- o setor privado passaria a ser o responsável pelos fundos de investimentos produtivos;



Enquanto a economia mundial estava em contínuo crescimento, não havia oposição do setor privado em relação à presença do Estado na economia, porque “aparentemente era um jogo em que havia somente ganhos”, tanto para o setor privado como para o setor público. Mas logo que surgiram sinais de recessão em escalas internacionais, em 1974, o setor privado começou a criticar a presença do Estado na economia (MALAN, 1980).





- o Estado poderia se dedicar com mais ênfase às áreas sociais (saúde, educação etc.), deixando de transferir recursos já escassos às empresas estatais.

Observe que o processo de desestatização da economia brasileira passou por etapas distintas a partir daquele momento em:

- a) na primeira, procedeu-se à privatização de empresas que foram incorporadas ao patrimônio da União por diversos problemas, por intermédio do BNDES ou outro banco estatal;
- b) em uma etapa intermediária, foram privatizadas empresas vinculadas ao setor produtivo;
- c) por fim, houve o processo de privatização no sentido mais amplo da palavra, com ênfase na concessão de serviços públicos à iniciativa privada (PINTO, s/d)

Foi somente no governo de José Sarney (1985-1990) que houve uma tentativa concreta de estruturação do processo de privatização, com a criação do Programa Federal de Desestatização, cujos objetivos centrais eram:

- a) transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público, excetuados os monopólios estatais;
- b) concorrer para a diminuição do déficit público;
- c) propiciar a conversão de parte da dívida externa em investimentos de risco;
- d) dinamizar o mercado de títulos e valores mobiliários;
- e) promover a disseminação da propriedade do capital das empresas;
- f) estimular mecanismos de competição do mercado (mediante desregulamentação da atividade econômica);
- g) proceder a execução indireta de serviços públicos (mediante concessões ou permissões) (PINTO, 2007).





O saldo final é que, ainda no governo Sarney, o processo de privatização avançou timidamente com poucas e pequenas empresas vendidas. Com essa nova legislação, eliminaram-se as restrições impostas pelas normas anteriores à participação de capitais externos no processo de privatização, na medida em que se conferiu ao Conselho Federal de Desestatização o poder de aprovar a adoção de mecanismos de conversão da dívida externa na transferência do controle acionário (SAURIN & PEREIRA, Sd). Posteriormente, a Lei 8.031 de 12 de abril de 1990 criou o Programa Nacional de Desestatização. Dentro desse programa a privatização adquiriu um novo sentido e passou a ser vista de uma forma muito mais abrangente. Essa nova legislação alterou as regras em vigor para a privatização de empresas estatais sob muitos aspectos. De acordo com essa nova legislação, foi permitido ao capital estrangeiro a aquisição de até 40% das ações com direito a voto e até 100% das ações sem direito a voto (SAURIN & PEREIRA, Sd.). A intenção era de utilizar as privatizações para o saneamento do déficit público e restringir a presença do Estado apenas em atividades fundamentais para a consecução das prioridades nacionais, com uma clara intenção de quebra dos monopólios estatais como, por exemplo, da exploração do petróleo que, pensava-se, poderia ser quebrada com uma simples revisão da lei.

Ao longo da década de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve uma acentuação do processo de privatizações com a quebra de monopólios estatais sob a alegação de que, ao fazer isso, as atividades exercidas com exclusividade pelo setor público tornar-se-iam mais competitivas. Dessa forma, a gestão de diversos serviços públicos ferroviários, portuários, de energia elétrica e de telecomunicações, antes prestados diretamente pelo Estado ou através de sociedades de economia mista, também tiveram as titularidades de suas prestações transferidas para o setor privado, mediante concessão, permissão ou autorização (PINTO, 2007).

3.2.3 Privatizações: elogios e críticas

Passados alguns anos, é possível fazer um balanço parcial dos pontos positivos e negativos do programa de privatizações promovido pelos governos brasileiros nos anos 80 e 90 do século XX.

Sem dúvida, muitos dos objetivos apresentados nos programas de privatização elaborados pelo governo foram conquistados, como a diminuição dos gastos com empresas deficitárias, abrindo possibilidades de aplicação de mais recursos financeiros em saúde, educação, segurança, saneamento básico, etc.





Nos campos da siderurgia e mineração as privatizações promoveram o crescimento substancial de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale) e a Companhia Siderúrgica Nacional, que se transformaram em grupos competitivos no mercado internacional, contribuindo positivamente no saldo da balança comercial brasileira desde então. Empresas como a Embraer transformaram-se em gigantes da indústria aeronáutica. A Petrobrás, com o mero fim do monopólio, ganhou horizontes de multinacional.



Figura 19 - Embraer e Petrobrás são empresas criadas pelo Estado e que hoje, após os processos de privatização, são gigantes em seus setores.

Fonte: imagem elaborada pelo autor com base nas logomarcas oficiais disponíveis online.

Além disso, o governo passou a arrecadar mais dinheiro com impostos, na medida em que essas empresas passaram a gerar lucros expressivos, recolhendo impostos e contribuições, reforçando recursos financeiros ao setor público. Com o crescimento de determinadas empresas outrora privatizadas, houve o aumento do número de empregos e de geração de renda no país.

Outro argumento que fortalece a avaliação positiva das privatizações foi a promoção de uma maior competição e concorrência de mercado com a vinda de novas empresas para investir e operar no país. Houve o fortalecimento do papel do consumidor e os preços de muitos produtos e serviços caíram. Se a prestação de certos serviços públicos era deficitária e totalmente trunca dentro do complexo sistema burocrático brasileiro, houve uma alteração profunda desse quadro, de forma que o acesso a bens e serviços, como o de telecomunicações, atingiram níveis incrivelmente altos e foram disseminados em praticamente todo o país.

Porém, não existe um consenso em relação à avaliação positiva dessas privatizações. Há quem argumente que a qualidade de determinados serviços como os de telefonia, gás, eletricidade, transporte público, coleta de lixo, etc., ficaram piores, com aumentos constantes de tarifas e não atendem plenamente as demandas da população. Críticas semelhantes recaem sobre





as privatizações das rodovias federais ou estaduais. De fato, a qualidade das rodovias melhorou, mas os preços dos pedágios em certos lugares são incrivelmente altos e dificultam a vida de milhares de trabalhadores.

Outros atribuem o sucesso econômico de determinadas empresas não ao fato de que elas foram privatizadas, mas porque passaram a ser geridas por métodos de administração mais eficientes. Os grupos opositores das privatizações argumentam também que seus lucros aumentaram sobremaneira em função das altas taxas de crescimento global da década de 1990 e que impulsionaram o crescimento de empresas brasileiras como a Vale e a CSN, exportadoras de produtos fundamentais no processo de crescimento qualquer país, quais sejam: minério de ferro e aço.

Há também críticas mais profundas feitas por economistas e políticos de esquerda que alegam que os programas de privatização realizados no Brasil foram frutos do “entreguismo” de governos neoliberais que cederam o patrimônio público brasileiro a grupos capitalistas internacionais face às pressões promovidas pelo FMI, Banco Mundial ou OMC (Organização Mundial do Comércio), diante da então frágil posição do país no cenário político e econômico internacional. O argumento é o de que, em muitos casos, os governos sanearam os problemas financeiros das empresas antes de serem vendidas, demitindo funcionários ou passando o encargo das aposentadorias para o próprio governo e não aos novos proprietários. Outros dizem que, pouco antes das privatizações, governos tomaram dinheiro emprestado de credores internacionais para pagar dívidas trabalhistas (FGTS, pensões, indenizações etc.) aos empregados, ex-empregados e aposentados dessas empresas, tomando para si uma responsabilidade que deveria ficar com os compradores, ou seja, essas dívidas foram pagas com o dinheiro do Tesouro Nacional (dinheiro do contribuinte).

Esses críticos afirmam também que em episódios como a privatização das “teles” o governo investiu bilhões de reais na ampliação de linhas, instalação e troca de telefones públicos nos pontos mais distantes do Brasil para, logo depois, vendê-las a preços relativamente baixos.

Em outros casos, como o da CSN, o governo financiou o dinheiro para o pagamento inicial por meio de “moedas podres” da dívida pública que o próprio governo vendia por 50% do preço normal e depois as recebeu como pagamento da entrada, valendo 100% do seu valor, ou seja, bancando com dinheiro público a venda de bens públicos a grupos privados. Incide sobre





os promotores dessas privatizações a acusação de que isso ocorreu em várias empresas privatizadas, de forma que grupos empresariais, nacionais e internacionais, mais atirados e com melhores relacionamentos dentro dos governos (ou seja, por intermédio de *lobbistas*) ousaram comprar empresas com pouco ou nenhum capital em mãos e contaram com mecanismos pouco ortodoxos e pouco responsáveis para a realização de muitos desses negócios, tais como os explicitados acima, bem como o uso dos fundos de pensão para quitar parcelas, até mesmo confiando na geração de caixa das empresas para permitir-lhes honrar os compromissos assumidos.



Sem dúvida, essas são questões polêmicas que estão em pauta até hoje. Lembremo-nos dos programas eleitorais e debates entre os presidenciais para as eleições de 2010. Em que grau os pontos de vista e opiniões dos candidatos defensores e dos críticos das privatizações eram dissonantes? Avalie os pontos positivos e negativos desse processo e procure explicitar as suas próprias conclusões acerca do tema.

Nessa unidade vimos, sob uma perspectiva histórica, quais grupos se fizeram representar e tiveram destaque dentro do jogo político, social, econômico e cultural brasileiro desde a Independência (1822) até hoje.

Da mesma forma, pudemos compreender o porquê e as formas como transcorreu o processo de privatizações que tiveram destaque mundial a partir da década de 1970 até início do século XIX, sobretudo no caso brasileiro, inclusive abordando toda a polêmica que paira sobre esse assunto do ponto de vista político.

Resumo

Nesta aula você teve a oportunidade de estudar:

Grupos de interesse - qualquer grupo que busca levar adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, como fim de instaurar, manter ou ampliar seus valores ou expectativas.

Grupos de pressão – grupos que visam pressionar o poder político num sentido favorável a si.

Lobby – É a ação perante o governo de um grupo de pressão ligado a alguma empresa ou entidade que possui fins lucrativos, a fim de atingir seus objetivos.

A desestatização nos anos 90 do século XX

A desestatização pode ser caracterizada como o conjunto de medidas toma-



das pelo Estado com o objetivo de “diminuir o seu tamanho”, tais como: desregulamentação, desmonopolização de atividades econômicas, venda de ações de empresas estatais ao setor privado (desnacionalização ou desestatização), concessão de serviços públicos a empresas privadas; *contracting out* (convênios e contratos de obras de prestação de serviços ou terceirização.) (PINTO, 2007).

O processo de privatizações ocorridas no Brasil teve início nos anos 80 do século XX, na esteira das críticas neoliberais à super-atuação do Estado na economia.

Atividades de aprendizagem



1. Diferencie grupos de interesse, grupos de pressão e *lobby*.
2. Explique a evolução do pensamento favorável às privatizações no âmbito internacional.
3. Explique a evolução do pensamento favorável às privatizações no Brasil.

Caro(a) estudante,

Esperamos ter deixado claro, alguns conceitos centrais para a compreensão dos contextos políticos, econômicos e sociais pelos quais o Brasil e os brasileiros passaram desde a sua independência, tais como: grupos de pressão, grupos de interesse, *lobby* (além das formas pelas quais certos grupos se utilizaram desses meios para serem atendidos os seus múltiplos anseios) e, por fim, o conceito de desestatização.

Tudo isso será de fundamental importância para compreender um ponto central da próxima aula, na qual veremos como transcorreu a organização do Estado brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas (1930).

A princípio, apresentaremos, sob quais bases foi fundada a República brasileira, suas referências políticas, diferenças e semelhanças com a primeira república moderna e que, dadas as devidas proporções, foi tomada como exemplo por nós brasileiros: a República dos Estados Unidos da América.





Aula 4. Formação, organização e desenvolvimento da história do Brasil republicano

Objetivos:

- apontar o processo de organização da República brasileira (1889); e
- identificar como se deu a organização do Estado Brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas (1930) até os dias de hoje.

Caro(a) estudante,

Você já se perguntou o que difere o modelo de governo que temos aqui no Brasil atualmente daquele adotado em outros países como, por exemplo, os Estados Unidos da América? Em que medida a forma de nos organizarmos politicamente se assemelha ou se diferencia do modelo norte-americano, que foi tomado como modelo para os criadores da República brasileira? Teremos a oportunidade de pontuar essas e outras questões acerca da formação do Brasil republicano nessa aula.

Veremos também o Brasil pós-1930. Esse Brasil, mais próximo do que ele é atualmente, começou a ser formatado a partir da chamada “Revolução de 1930”, que pôs fim ao poder hegemônico dos cafeicultores paulistas e introduziu uma nova dinâmica política e econômica no país. A partir de então, o Brasil passou a voltar suas forças para além da agricultura, investindo também na industrialização, sobretudo a indústria de base, o que acabou por influir a médio e longo prazo no crescimento populacional e urbano, na diversificação e fortalecimento econômico do país. Entretanto, ao longo desses mais de 80 anos os brasileiros sofreram com sérios problemas ligados às liberdades políticas e individuais, principalmente nos períodos ditatoriais de Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-45) e na Ditadura Militar (1964-85).

Através desta aula você terá oportunidade de perceber que o Brasil de hoje é fruto e consequência desse período e, sobretudo, dos desdobramentos



políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos a partir da chamada Nova República (de 1985 até os dias de hoje). Esse período foi e está sendo marcado pelo livre exercício da democracia entre os cidadãos, pela elaboração de uma nova Constituição, por vários planos econômicos fracassados e um bem sucedido, pela eleição de 4 presidentes através do voto direto, pela estabilidade política e pelo crescimento econômico, por profundas modificações tanto no plano interno quanto no plano externo que, enfim, transformaram o Brasil naquilo que é atualmente: um país com grandes problemas, porém, bem melhor do que já foi no passado e ainda com uma população cheia de grandes esperanças num futuro melhor e ainda mais justo.

4.1 A influência do modelo político norte-americano



Figura 20 - Fonte: Imagem elaborada pelo ilustrador.



O primeiro período dos Estados Unidos como país independente, que vai de 1776 a 1789, é chamado de período da Confederação, ou seja, não havia um governo central forte, mas uma instância que deveria reunir e analisar as vontades e interesses dos 13 estados. Tal instância era chamada de Congresso Continental, o qual tomava decisões baseadas num conjunto de normas, chamados de Artigos da Confederação (JUNQUEIRA, 2001, p. 21)

Após a sua independência em 1776 e ainda em meio à guerra contra a Inglaterra (1777), os congressistas norte-americanos escreveram as leis que regulavam as relações de poder na recém-formada Confederação dos Estados Unidos. Essas leis estabeleceram laços que uniram os estados organizados de forma confederada. Entretanto, esses laços não foram tão fortes assim. Exemplo disso é que o Congresso norte-americano (chamado inicialmente de Congresso Continental) não tinha poderes para arrecadar impostos, recrutar soldados ou exigir a aplicação das leis. Na prática, cada uma das treze ex-colônias inglesas recusava-se a obedecer a um poder centralizado e forte, valorizando, portanto, a sua soberania.

Os resultados dessa descentralização extrema do poder foram muito sérios, tanto para a ordem social, quanto para a economia daquele novo país (ou estados confederados): alguns estados tinham a sua própria milícia, outros cunhavam moeda própria, outros comercializavam com quem queriam de acordo com seus interesses particulares. Não havia uma unidade como nação dentro daquele novo país, ou seja, não havia razão de ser de seu próprio





nome: “Estados Unidos” da América. Além disso, a própria legitimidade e a força política daquela organização frente aos outros países estava ameaçada, dada a sua descaracterização como país unificado.

Essa indefinição perdurou por cerca de dez anos, período em que as camadas mais abastadas da sociedade temeram perder seu poder econômico e os mais pobres também demonstraram seu descontentamento ao promover agitações sociais. O resultado disso foi que no ano de 1787 houve o encaminhamento de diversas autoridades de cada estado para que se realizasse uma convenção com o objetivo de resolver a questão das fragilidades políticas provenientes daquela inequívoca fragmentação política. Ficou decidido que os artigos da Confederação seriam revistos por um conselho de notáveis (pensadores, juristas e políticos de cada estado) na cidade da Filadélfia.

O resultado final desse encontro resultou na atual Constituição dos Estados Unidos da América. A proposta era de que o país deixasse de ser uma confederação (uma mera associação) e se tornasse uma federação, ou seja, que se forjasse uma verdadeira aliança entre os estados. Nela, algumas instâncias como a política econômica, a política externa e o controle das forças armadas seriam transferidas dos estados para um centro superior de decisões políticas, o Estado Nacional.

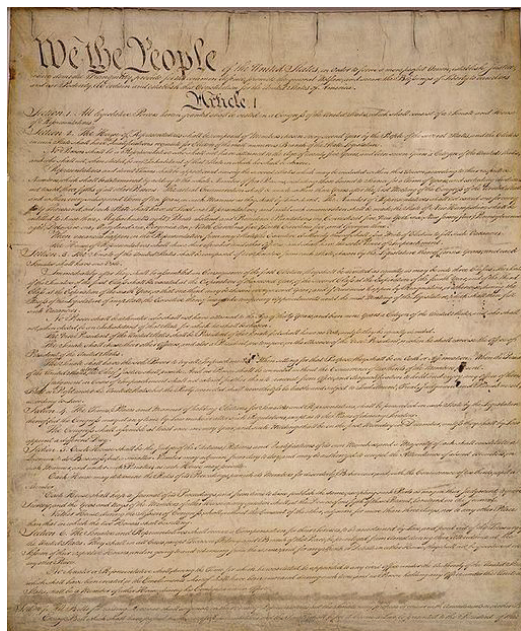


Figura 21 - Primeira página da Constituição dos Estados Unidos, 1789. Imagem em Domínio Público
Fonte: Wikimedia Commons.





DESPOTISMO – O termo despotismo deriva de outro conceito: Absolutismo. O termo absolutista, utilizado para caracterizar os Estados nacionais na Idade Moderna deve-se ao fato de o poder real, não sendo então controlado por nenhum outro poder, externo ou interno, ter se tornado em seu domínio próprio – o nacional – o poder supremo ou absoluto. Porém, é errado afirmar que o poder do rei absolutista não tinha limites. Ao contrário, ele estava limitado externamente pela presença de outros Estados soberanos e, internamente, pelos valores e crenças da época, que faziam parte do que se chamava de *leis fundamentais do reino*, às quais o rei era obrigado a obedecer caso quisesse manter a legitimidade. Um governante cujo poder não tem nenhum limite, orientando-se apenas por sua vontade, é um **déspota** e não um *absolutista*. (KOSHIBA, 2000. p. 249.)

A partir daí, estava aberta a possibilidade de colocar em prática os princípios de um novo tipo de contrato no qual os estados transfeririam alguns direitos para o governo central e aceitariam certas obrigações, numa espécie de acordo entre as partes. Entretanto, houve resistências. Determinados grupos tinham importantes ressalvas a fazer sobre o alcance dessa nova Constituição e o debate se dividiu entre dois grupos: o primeiro grupo era o dos federalistas, que defendiam o texto constitucional e o governo central forte. O segundo grupo era o dos anti-federalistas, defensores do sistema anterior (confederação). Os partidários do anti-federalismo argumentavam que o sistema federativo poderia se transformar num governo semelhante às monarquias europeias, extremamente centralizadoras e, portanto, propensas ao **despotismo**. Este grupo era temeroso quanto à possibilidade de exacerbação do poder central e defendia o fortalecimento do poder local. Para tanto, chegaram a propor o voto livre para todo homem branco, advogando a favor do que chamavam de direitos individuais. Por outro lado, os federalistas eram temerosos em relação à possibilidade de rebeliões dos grupos populares e eram contrários à ideia de participação popular na política.

Os federalistas, mais organizados e mais fortes, foram os “vitoriosos” nesse congresso e tiveram muitas de suas ideias incorporadas à Constituição, como, por exemplo, restringir o número de eleitores instaurando o voto censitário – para ser eleitor o indivíduo deveria ser proprietário. Coube aos anti-federalistas a inclusão de uma emenda à Constituição que garantiria alguns direitos civis: liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de imprensa, liberdade de fé religiosa e separação entre Estado e Igreja.

Além do voto censitário, os norte-americanos colocaram em prática a divisão dos poderes em três: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Legislativo seria composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Também ficou decidido que a representação máxima do governo dos Estados Unidos seria a do presidente. Este seria eleito e governaria o país pelo período de quatro anos. Quanto ao processo eleitoral, ficou determinado que cada eleitor, devidamente qualificado, votaria em delegados do seu próprio estado que, por sua vez, escolheriam o presidente. Ou seja: o voto passou a ser censitário e as eleições para presidente indiretas.



Entenda como funciona o sistema eleitoral nos Estados Unidos: http://www.jn.pt/multimedia/infografia970.aspx?content_id=2866781



Lembremo-nos da eleição do ex-presidente norte-americano George W. Bush em 2000, quando que ele foi vencedor no colégio eleitoral. Contudo, se os votos de cada eleitor tivessem validade individual, ele seria derrotado pelo seu adversário Al Gore. Procure saber as diferenças entre os sistemas





de voto direto e voto indireto. Faça uma pesquisa no endereço oferecido a seguir e procure refletir quais são os pontos positivos e negativos de cada um desses sistemas.

Foi por causa desses antecedentes que, na Proclamação da República brasileira, em 1889, adotamos uma série de referências políticas norte-americanas extraídas de sua Constituição de 1787: o presidencialismo, a divisão dos três poderes, o bi-cameralismo em nível federal (Câmara dos Deputados e Senado) e relativa autonomia dos estados (com governo próprio e câmaras legislativas). Contudo, devemos compreender que o modelo político norte-americano e brasileiro são distintos. Eles possuem elementos que são inerentes às suas formações históricas e que, portanto, possuem dinâmicas próprias de funcionamento, diferindo um do outro em muitos aspectos, como veremos adiante.

Para começar, devemos primeiro definir o conceito de sistema federativo de governo. Conforme Arretche (ARRETCHE, 2001). Esse sistema supõe uma forma específica de Estado no qual o governo está verticalmente dividido entre os governos central e os governos estaduais, de modo que cada um tem autoridade exclusiva em sua área de atuação. Ambos governam o mesmo território e a mesma população, mas cada um tem autoridade para tomar decisões de maneira independente. Essa autoridade, por sua vez, é derivada do voto popular e de recursos próprios para o exercício do poder.

Esse conceito de federalismo é derivado do modelo norte-americano, ou seja, toma como referência as instituições políticas inventadas por aqueles homens na já referida Convenção da Filadélfia. Então, de acordo com esse conceito, para que algum sistema federativo criado nos séculos XIX, XX e XXI se caracterize como tal, ele deve ser idêntico àquele estabelecido nos Estados Unidos durante o seu processo de formação como Estado Nacional.

Vejamos em perspectiva quais foram as inclinações políticas que levaram à formação do modelo federativo norte-americano:

Um processo de barganha, cuja condição *necessária e suficiente*, no caso dos Estados Unidos, foi a ameaça ou oportunidade de expansão ou defesa militar ou diplomática. Governos centrais com intenções expansionistas ou temerosos da ameaça externa, mas incapazes de dominar os governos locais pela força, cedem parte de sua autoridade aos governos locais, porque estes detêm a lealdade dos cidadãos; por sua vez, governos locais com história e identidade próprias, por razões



Os federalistas eram apoiados por comerciantes, grandes fazendeiros do sul e alguns agricultores do norte do país. Estavam instalados nos estados com melhores vias de comunicação, esperavam de um forte governo central a estabilidade política e o crescimento econômico. Seguiam pela mesma trilha da maioria dos juristas reunidos para a elaboração da Constituição, além dos habitantes das cidades e os donos de jornais. Os anti-federalistas eram minoria e estavam identificados com as preocupações dos pequenos fazendeiros dos territórios pouco povoados, instalados no que se chamava de zona de fronteira: regiões de difícil acesso e sempre ameaçadas pelo “perigo indígena”. Frequentemente endividados, estavam fora do grande sistema de comércio e não se consideravam suficientemente representados pelos legislativos existentes. Muitos viam os comerciantes e financistas das cidades como inimigos, dados os altos juros cobrados por empréstimos, que tornavam suas vidas ainda mais precárias (JUNQUEIRA, 2001, p.25).





expansionistas ou por necessidade de defesa, fazem concessões a uma autoridade central, para aumentar sua capacidade militar ou diplomática (ARRETICHE, 2001, p. 24).

Seguindo essa linha de raciocínio, a origem de todas as federações contemporâneas deveria seguir esse modelo e derivaria, portanto, desses motivos acima expostos.



Nos Estados Unidos, emendas à Constituição, mesmo que não afetem a distribuição federal de poderes, exigem a ratificação de 3/4 dos Estados-membros e há mesmo tipos de emendas que não podem ser aprovadas sem a ratificação de 49 dos 50 Estados (ARRETICHE, 2001 *apud* Duchacek, I.D., 1970).

Ora, se observarmos bem, a implantação do sistema federativo no Brasil não exprime exatamente aquilo que o modelo norte-americano propõe. Não podemos aplicar a tese “militarista” de criação do federalismo norte-americano à formação do federalismo brasileiro, pois no contexto da proclamação da república, não havia qualquer conflito armado que ameaçasse a soberania do Brasil tal como ocorrera nos Estados Unidos face à ameaça recolonizadora inglesa.

Outro fator importante e que difere o federalismo brasileiro do norte-americano é o fato de que o poder central no Brasil sempre teve força maior do que os governos regionais. Por exemplo, o Congresso Nacional brasileiro tem poderes suficientes para emendar a Constituição sem que haja a necessidade de que os estados ratifiquem essa emenda. Isso seria simplesmente impossível nos Estados Unidos.

Podemos afirmar que o modelo teórico-metodológico que define o conceito de federalismo baseado nas condições em que o modelo norte-americano foi criado não se aplica ao caso brasileiro. Portanto, temos que a formação da República e de um sistema político federativo no Brasil é resultado de elementos que são próprios da dinâmica das relações de poder entre os grupos políticos brasileiros ao longo de sua história, ou seja, possui uma trajetória própria que a determina.

Devemos compreender que não é possível definir as características essenciais que determinam um modelo ideal de Estado federativo. O que existe são percursos históricos distintos que implicam na formação e no funcionamento de diferentes modelos de Estados.

Não é nossa intenção reduzir a compreensão da dinâmica do federalismo brasileiro a uma interpretação simplista das relações entre os poderes Executivo e Legislativo, mas é importante perceber que, a partir da compreensão do jogo político travado entre esses poderes, podemos assimilar melhor a





lógica de funcionamento da democracia brasileira na atualidade, seus alcances e seus limites.

Sabemos que no Brasil o sistema de governo é presidencialista e, como esse sistema se baseia na divisão de poderes, tendem a produzir dispersão da capacidade decisória e coalizões parlamentares instáveis. No entanto, o sucesso legislativo da presidência pode variar de acordo com a fragmentação e disciplina partidárias. Segundo Arretche (2001), o número efetivo de partidos, a proximidade ideológica dos partidos de sustentação política da presidência e o grau de disciplina desses partidos poderiam produzir resultados diferentes, facilitando (com um número menor de partidos, disciplina partidária, centralização do poder de decisão dos partidos) ou dificultando (por meio do multipartidarismo, do poder partidário descentralizado) as relações entre o governo, os partidos e as câmaras legislativas.

É sabido também que a descentralização partidária no Brasil é enorme. Aqui, governadores e/ou prefeitos possuem o poder de controlar recursos vitais para a carreira política dos parlamentares. Essa descentralização dos poderes dentro dos partidos políticos, aliada às regras partidárias eleitorais (basicamente, a lista aberta e a representação proporcional), explicam o grau de influência dos líderes políticos locais e, por consequência, a indisciplina no comportamento parlamentar dos congressistas.

Não podemos negar que existam alguns pontos de aproximação entre o federalismo brasileiro e o norte-americano. Exemplo disso é que o sistema de composição dos seus Senados é semelhante, pois suas Constituições garantem um número igual de cadeiras para estados excepcionalmente diferentes em termos populacionais. Assim, em ambos os casos, existe um excessivo grau de super-representação dos estados menores. Entretanto, o poder de legislar que o Senado brasileiro possui pode ser considerado excessivo: além do poder para aprovar todas as leis e emendar a Constituição, o Senado dispõe de doze áreas de exclusividade legislativa. O poder dos governadores, combinados ao excessivo detalhamento da Constituição de 1988 e à exigência de supermaiorias para as emendas constitucionais, impõem um extremo poder de restrição à realização das preferências da maioria.

Finalmente, o controle dos governos locais sobre as candidaturas, assim como as regras eleitorais que incentivam o comportamento individualista dos parlamentares, tornam os partidos brasileiros excessivamente voláteis, isto é, pouco disciplinados. Assim, a possibilidade de transformar as prefe-





rências da maioria (expressa na escolha do Presidente) em concretizações políticas encontraria sérios obstáculos institucionais, pois o desenho institucional da federação alavancaria os recursos de poder das minorias nas instâncias decisórias federais, especialmente no Senado.

Como bem frisou Arretche :

A [...] implementação de reformas no Brasil é mais difícil do que em muitos sistemas presidencialistas. Este sistema institucional frustrou diversos presidentes democráticos. Um presidente (Vargas) cometeu suicídio; outro (Quadros) renunciou após apenas sete meses posteriormente a uma esmagadora vitória eleitoral; um outro (Goulart) adotou ações erráticas que contribuíram para o rompimento da democracia em 1964. Entre 1985 e 1994, sucessivos presidentes falharam para empreender um bem sucedido plano de estabilização, [...] a combinação de presidencialismo, sistema multipartidário fragmentado, partidos indisciplinados e robusto federalismo é frequentemente difícil (ARRETCHÉ, 2001, p. 27).

Dessa forma, nos períodos em que a política brasileira funcionou sob a égide da democracia, suas instituições políticas criaram uma permanente crise de governabilidade, devastando em tempos normais e debilitando até mesmo presidentes como Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, aparentemente detentores de um grande poder centralizador e controlador das instituições republicanas.

Podemos afirmar então que o federalismo brasileiro possui um caráter “destrutivo” proveniente dos inúmeros pontos de veto que dispõem as instituições políticas brasileiras nas mais variadas instâncias, às especificidades de seu sistema eleitoral e às distorções próprias de seu sistema presidencialista, o que acaba por constranger a vontade da maioria, criando excessos e dificultando o pleno desenvolvimento de nossa democracia.

Acompanhe agora a organização do Estado brasileiro da chamada era Vargas até os tempos atuais.





4.2 O Estado Brasileiro a partir de Getúlio Vargas



Figura 22 - Retrato oficial do 14º Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, 1930. Colorida por Djalma Gomes Netto.

Fonte: Imagem em Domínio Público.

Nesse tópico veremos como o Estado brasileiro se organizou a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45) até a atualidade. Não se trata aqui de expor todos os pormenores da história do Brasil daquele período até os dias de hoje, mas, sobretudo, buscaremos compreender de que forma essa instituição, o Estado, se organizou política, social e juridicamente. Observaremos os aspectos principais das diferentes Constituições brasileiras que tiveram lugar durante todo esse período e como elas foram fundamentais na definição do que é o nosso país hoje.

4.2.1 A “Era Vargas” (1930-45)

A “Revolução de 1930”, golpe de estado que colocou Getúlio Vargas no poder, decorreu tanto de fatores internos (como as contradições geradas pelo predomínio da oligarquia cafeeira no poder) quanto de fatores conjunturais externos (como a Crise de 1929) que desestruturaram a economia nacional em função da sua relação de dependência para com as exportações de café. Mesmo sem nos aprofundarmos nesse episódio, é inegável que, com ele, as oligarquias rurais perderam muita força, ao passo que outros setores da sociedade ganharam maior projeção face ao poder politicamente institucionalizado.

Em linhas gerais, podemos dizer que aquele foi um período complexo da história do Brasil, no qual os grupos políticos tradicionais conviveram e entraram em conflito com diretrizes socioeconômicas inovadoras. Houve o aumento gradativo do poder da burguesia empresarial sobre as antigas oligar-





quias agrárias, bem como o crescimento industrial e urbano.

Para facilitar a compreensão desse período, dividiremos a “era Vargas” em três fases distintas como nos aponta Linhares (2000):

- Governo Revolucionário – de 1930 a 1934;
- Governo Constitucional – de 1934 a 1937;
- Governo Ditatorial ou “Estado Novo” – de 1937 a 1945;

4.2.1.1 O Governo Revolucionário (1930-34)

Getúlio Vargas tomou o poder na qualidade de delegado da “Revolução” mediante medidas enérgicas no controle político do país. Em um processo de centralização política, suspendeu a Constituição de 1891, nomeou ministros de sua confiança, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais, extinguiu os partidos políticos e passou a indicar interventores para chefiar os Governos Estaduais (FAUSTO, 1995).



REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

DE 1932 – Com a ascensão de Vargas ao poder, foram desmontadas, não só a “política dos governadores”, mas também a política de valorização do café. Em 9 de julho de 1932, São Paulo iniciou a sua rebelião contra Getúlio Vargas, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932. Sem ter conseguido a adesão dos demais estados da federação, isolados em sua revolta, os paulistas foram derrotados três meses depois (KOSHIBA; PEREIRA, 1996 p.280).

Conforme relata Fausto, nesse primeiro momento, os grupos que apoiaram Vargas não constituíam uma corrente única e homogênea. Sua base de apoio era formada por grupos aparentemente divergentes como os militares (Tenentistas) e até mesmo por determinadas oligarquias estaduais. Duras críticas recaíram sobre o governo Vargas em função dessas alianças incomuns, além do fato de que seu governo demorou a acenar para a possibilidade de convocar uma eleição para a formação de uma Assembleia Constituinte. Soma-se a isso o fato das oligarquias paulistas terem perdido a hegemonia do poder político em nível estadual – o “tenente” João Alberto Lins e Barros foi nomeado interventor de São Paulo – e desejarem retornar ao poder. Vargas foi combatido pelos paulistas e o seu poder foi questionado, como no episódio da **revolta Constitucionalista de 1932**.

Fracassada essa tentativa “contrarrevolucionária”, foram realizadas em maio de 1933, as eleições para a escolha da Assembleia Nacional Constituinte cujo trabalho resultou numa Nova Constituição como mostramos a seguir.





4.2.1.2 O Governo Constitucional (1934-37)



Figura 23 - Constituição Brasileira de 1937, outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas em 10 de Novembro de 1937. Imagem em Domínio Público

Fonte: Wikimedia Commons.

No dia 16 de julho de 1934 terminou o trabalho da Assembleia Constituinte e foi promulgada a Nova Constituição do país. Entre as suas principais inovações conforme (Linhares, 2000), podemos destacar:

- estabelecimento do voto secreto para a eleição dos candidatos aos poderes Executivo e Legislativo. O direito de voto foi garantido às mulheres;
- criação de uma Justiça Eleitoral para zelar, com independência, pelo bom desempenho das futuras eleições;
- estabelecimento de direitos trabalhistas como, por exemplo: salário mínimo, jornada de trabalho não superior a 8 horas/dia, proibição do trabalho para menores de 14 anos, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, etc.;
- determinação de que as riquezas encontradas no subsolo brasileiro seriam propriedade do Estado, bem como outras riquezas naturais economicamente exportáveis, como quedas d'água capazes de gerar energia hidrelétrica, etc.

Nas disposições transitórias, a Constituição de 1934 estabelecia que o primeiro Presidente da República seria eleito pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte para exercer mandato de quatro anos. O próprio Getúlio fora eleito nessa ocasião Acompanhe os acontecimentos daquela época.

4.2.1.3 O Governo ditatorial ou “Estado Novo” (1937-45)

Alegando “ameaças comunistas”, Vargas dá um novo golpe de Estado em 10 de novembro de 1937 e inaugura o período que ficou conhecido como





“Estado Novo”. Nele, os partidos políticos deixaram de existir, ocorreu o fechamento dos órgãos legislativos e a censura da imprensa. Com uma nova Constituição, promulgada em 1937, o Executivo tornou-se o órgão supremo e todo o poder passou a se concentrar nas mãos do presidente Vargas. O Legislativo passou a ser composto por um Conselho Nacional (em substituição ao Senado) e um Parlamento Nacional (em substituição à Câmara dos Deputados), cujos membros eram eleitos indiretamente, sendo as duas casas legislativas controladas pelo Executivo. Além disso, através da criação do Conselho da Economia Nacional, o Executivo passou a intervir diretamente na economia. Observe outros pontos importantes da Constituição de 1937 que merecem destaque:

- prorrogação do mandato presidencial para seis anos;
- nomeação de Interventores para a chefia dos Governos Estaduais;
- proibição de qualquer tipo de greve, que eram consideradas recursos antissociais;
- vinculação direta dos sindicatos ao governo;
- criação do Conselho Federal, presidido por um Ministro de Estado designado pelo Presidente da República, competindo a este órgão, entre outras funções, supervisionar a política externa brasileira (tratados e convenções nacionais) (KOSHIBA, PEREIRA, 1996).

Foi durante o Estado Novo o governo pôde exercer uma ação enérgica e vigorosa contra seus adversários. Em todo o país vigorou o **estado de emergência**, pelo qual o governo podia invadir domicílios, prender pessoas e expulsar do país os oposicionistas. Como foi dito acima, houve uma censura prévia dos meios de comunicação, como jornais, rádio, teatro e cinema. Essa censura era exercida pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão pelo qual o Executivo divulgava informações favoráveis à ditadura varguista.

No campo econômico, Vargas deu início a um programa de industrialização elaborado e promovido pelo próprio Estado brasileiro, com ênfase nos investimentos em infraestrutura (ferrovias, aviação etc.) e indústria pesada (aço). Esse programa logrou relativo sucesso no contexto da Segunda Guerra Mundial, pois os países envolvidos no conflito não tinham capacidade produtiva, o que de certa forma impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro





naquele período através do processo de substituição de importações. Além disso, por meio de empréstimos externos, sobretudo norte-americanos, Vargas implantou a Usina de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce. O caráter nacionalista do desenvolvimento econômico promovido por Vargas o levou a criar o Conselho Nacional do Petróleo em 1938 que, veio a formar as bases legais e técnico-científicas para a criação da PETROBRAS na década de 50 do século XX.

Ainda tratando das questões econômicas, devemos chamar atenção para o fato de que Vargas nada fez para alterar a estrutura fundiária no país – que permaneceu nas mãos de poucos – e limitou-se a transferir capitais para a indústria às custas da exploração dos trabalhadores rurais.

O episódio da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-45), ao lado das democracias e contra o fascismo de Adolf Hitler e Benito Mussolini, demonstrou o quão contraditório foi o governo de Vargas. Seu governo sofreu imensa pressão para promover o retorno da normalidade democrática e Vargas acabou cedendo: permitiu o retorno da liberdade de imprensa, concedeu anistia aos presos políticos, permitiu a criação de novos partidos políticos (PSD, UDN, PTB) e convocou eleições. Entretanto, diante de sua enorme popularidade e da possibilidade real da sua permanência na chefia do Estado brasileiro caso se lançasse à candidatura presidencial, os militares deram um golpe de estado e Vargas foi obrigado a abandonar o poder em 29 de outubro de 1945 (FAUSTO, 1995). Seguindo adiante você tomará conhecimento dos acontecimentos a partir desse golpe.

4.2.2 Período Democrático ou “República Populista” (1945-64)



Figura 24 - Foto oficial de Eurico Gaspar Dutra, presidente do Brasil entre 1946 e 1951. Imagem em Domínio Público

Fonte: Wikimedia Commons.

Eleito o General Eurico Gaspar Dutra em dezembro de 1945, houve o alinhamento do Brasil com os interesses políticos e econômicos dos Estados





Unidos. Ou seja, dentro do contexto da Guerra Fria, a posição do Brasil foi favorável ao modelo capitalista. Prova disso é que em 1947 o governo Dutra decidiu romper relações diplomáticas com a URSS (União Soviética), cancelou o registro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) cassou os mandatos de seus parlamentares em seguida, além da intervenção direta em quatorze sindicatos e o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Uma nova Constituição foi elaborada em 18 de setembro de 1946. Decerto, ela prezou pela democracia, porém, como vimos acima, as liberdades individuais e de associação logo foram quebradas. Entre os pontos principais da Constituição de 1946, merecem destaque:

- preservação do regime republicano, federativo e presidencialista;
- voto secreto e universal para os maiores de 18 anos, excetuando-se os analfabetos, cabos e soldados;
- direito à liberdade de associação de classe, de pensamento e de expressão (logo suprimidos);
- direito de greve assegurado aos trabalhadores;
- preservação das conquistas efetuadas no campo trabalhista;
- estabelecimento do mandato presidencial para cinco anos (proibindo-se a reeleição) (KOSHIBA, PEREIRA, 1996).

Os deputados teriam mandatos de quatro anos (permitindo-se a reeleição). Os senadores teriam mandatos de oito anos, sendo em número de três para cada estado da federação.

Vargas foi eleito novamente presidente em 1950, apoiado pelas massas urbanas. Após assumir o poder, tratou de apagar a imagem de ditador e procurou construir em seu lugar a figura de um estadista democrata. Seu governo foi marcado pelo caráter nacionalista (criou a PETROBRAS em 1953) e de aproximação com a classe trabalhadora, através da mobilização popular por meio dos sindicatos. No entanto, Vargas sofreu forte oposição de grupos mais conservadores que defendiam os interesses do capital estrangeiro. Diante da enorme pressão oposicionista que pedia a sua renúncia,





cia e da sua recusa em renunciar, optou pelo suicídio em 24 de agosto de 1954, atitude esta que comoveu o país.

Até a posse de Juscelino Kubitschek em 1956 houve um período conturbado e de grande tensão política. Empossado, JK (1956-61) comprometeu-se com aquilo que se chamou de política “nacional-desenvolvimentista”. Em outras palavras, com a opção de expansão econômica completamente integrada ao capitalismo internacional – sobretudo o norte-americano –, visando estimular a industrialização brasileira tendo como base a associação com o capital estrangeiro, mesmo que, para isso, fosse necessário recorrer a empréstimos ou instalando empresas multinacionais no país. Para tanto, elaborou o Plano de Metas, que tinha na indústria automobilística um forte elemento agregador de divisas. É importante destacar em seu governo a idealização e construção da nova capital federal, Brasília - DF. As consequências do modelo desenvolvimentista empreendido no governo JK foram: aumento da dívida externa e crescente dominação do mercado interno pelas empresas multinacionais.

Após Juscelino assumiu Jânio Quadros e seu governo teve curta duração: entre 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961. A princípio, pôde contar com o apoio das classes dominantes, na medida em que combatia o comunismo, além dos movimentos sociais. No plano econômico, adotou uma política econômica austera, com congelamento dos salários e restrições ao crédito, mas também apresentou projeto de taxaço dos lucros. A revolta da oposição direitista teve o seu ponto culminante a partir da demonstração de que sua forma de conduzir a política externa seria independente: Quadros condecorou Ernesto “Che” Guevara, então Ministro da Economia de Cuba, com a mais importante comenda brasileira da época, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Pressionado, Jânio Quadros renunciou ao poder em 25 de agosto de 1961.

João Goulart (1961-64) era vice-presidente de Jânio Quadros e, naturalmente, deveria assumir a presidência do país. No entanto, diante de sua postura próxima do “getulismo”, forças conservadoras se uniram para impedir sua posse. Optou-se, todavia, por uma solução de compromisso, com a aprovação do regime parlamentarista, com a clara finalidade de tolher o seu poder. Posteriormente, o Brasil retornou ao presidencialismo através de um plebiscito, devolvendo-se a totalidade dos poderes presidenciais a Goulart. Hostilizado pelos conservadores, Goulart lançou o programa das Reformas de Base – que defendiam, entre outras coisas, a reforma agrária no país –, o que inquietou aquele grupo ainda mais, acusando o seu governo de possuir um programa político “comunista”. Acossado, Goulart se aproximou cada vez





mais das classes populares e, contra ele, políticos conservadores aliados aos militares passaram a conspirar a fim de tirá-lo do poder. O golpe de 31 de março de 1964, sob a liderança militar e com apoio dos Estados Unidos, promoveu a queda de Goulart e encerrou o período populista (FAUSTO, 1995).

Uma nova etapa se inicia na história do país e é sobre ela que vamos tratar nos tópicos adiante.

4.2.3 Regime militar (1964-85)



Figura 25 - Foto oficial de Humberto de Alencar Castelo Branco, 26° presidente do Brasil, e primeiro presidente do governo militar instaurado pelo Golpe de 64. Imagem em Domínio Público
Fonte: Wikimedia Commons.

Com o general Castelo Branco (1964-67) foram lançadas as bases para a consolidação do regime militar, quando foram adotadas mudanças nas instituições jurídicas e políticas brasileiras. Dentre elas destacam-se: a permissão institucional para a existência de apenas dois partidos, ARENA (Aliança Renovadora Nacional – de apoio ao governo) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro – de oposição); o encaminhamento ao Congresso Nacional da Constituição de 1967; instituição da Lei de Segurança Nacional – que enquadrava como inimigos da Pátria os cidadãos que se opunham às diretrizes autoritárias do regime militar –; implantação do Programa de Ação Econômica do Governo, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país, conter a inflação, diminuir os desníveis econômicos regionais e sociais. Já no governo de Castelo Branco a repressão àqueles que se opunham ao regime militar foi forte, de forma que instituições críticas ao regime foram fechadas (UNE, CGT) e a perseguição aos indivíduos considerados “subversivos” foi duríssima.

Durante o governo do general Costa e Silva (1967-69), prosseguiu a marcha para consolidar as estruturas do regime militar. Costa e Silva assinou diversos





atos institucionais, dentre os quais podemos destacar o AI-5, que conferia amplos poderes ao Presidente da República para combater os chamados adversários políticos. Com a doença e morte de Costa e Silva, o seu vice, Pedro Aleixo (um civil), foi impedido de tomar posse por uma Junta Militar. Essa Junta elaborou uma emenda à Constituição de 1967 que incorporou os termos do AI-5.

Enquanto durou o AI-5, também aumentou a censura. A censura prévia abrangia a imprensa, a música, o cinema e o teatro.

Terminado o trabalho de endurecimento do regime militar, a Junta entregou a presidência ao general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Durante o seu governo entrou em vigor o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Nesse período, o governo conseguiu atingir parte de seus objetivos, gerando um clima oficial de grande euforia em relação à economia (o “milagre brasileiro”). Esse “milagre”, que consistiu na consolidação de um modelo econômico cujo crescimento teve como base as indústrias de bens de consumo duráveis, particularmente as automobilística, durou pouco, pois não havia bases econômicas e sociais sólidas para lograr sucesso. A sua herança foi o brutal endividamento externo, a inflação, a concentração de renda e a generalização da pobreza e miséria da maioria dos brasileiros. O governo Médici exerceu uma vigorosa ação repressora contra diversos setores da sociedade brasileira, praticando torturas e assassinatos de presos políticos.

Segundo Linhares (2000), com Ernesto Geisel (1974-79), teve começo a abertura política e os fracassos econômicos dos governos militares ficaram flagrantes. Com João Batista Figueiredo (1979-85), o último presidente militar daquele período, a crise socioeconômica era gravíssima e a sociedade se mobilizou para exigir eleições diretas para presidente: a campanha das “Diretas Já”. Graças ao PDS (ex-ARENA), cujo presidente era José Sarney, a proposta de emenda à Constituição que instituía as eleições diretas foi derrotada no Congresso. A oposição moderada aceitou concorrer às eleições. Tancredo Neves foi eleito indiretamente à presidência da República, mas faleceu antes de tomar posse. Em seu lugar, José Sarney (vice de Tancredo) assumiu o cargo, tornando-se o primeiro presidente civil desde 1964.



Pelo AI-5, cuja vigência só expiraria por decreto do Executivo – o que só viria a ocorrer dez anos depois –, ficavam suspensos todos os direitos civis e constitucionais. Nesse período, qualquer cidadão brasileiro poderia ser preso e perder seus direitos políticos por ordem do Poder Executivo. Todos os veículos de comunicação passaram à vigilância militar, que operava a censura prévia de qualquer matéria de teor oposicionista ou que desse publicidade a manifestações de contestação ao regime. O Poder Judiciário passou, por uma série de mecanismos, à órbita do Executivo. Ocorreram centenas de prisões, cassações políticas e expurgos no serviço público, além de aposentadorias compulsórias nas universidades. Foram suprimidas as garantias básicas do Estado de direito, como o mandado de segurança para prisões e buscas e o *habeas-corpus* para crimes políticos. Nos meses seguintes, novos atos institucionais procuraram “legalizar” a atribuição de poderes discricionários ao Executivo (CAMPOS; CLARO, 2010, p.193).



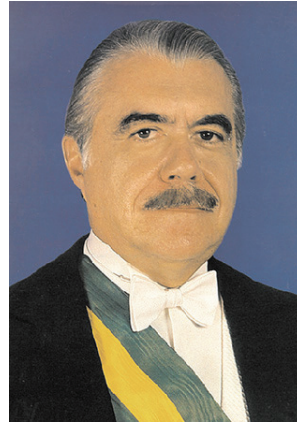


Figura 26 - Foto oficial do presidente José Sarney, 31º presidente do Brasil e o primeiro presidente civil desde 1964.

Fonte: Acervo Agência Brasil. Imagem sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil.

4.2.4 Da redemocratização aos dias de hoje (1985-2010)

Como foi dito, José Sarney (1985-90) assumiu a chefia do governo com a morte de Tancredo. Os setores de oposição ao regime militar ficaram decepcionados com o fato, já que Sarney tinha vínculo político com o regime militar. Seu passado não inspirava credibilidade a diversos setores da sociedade, principalmente aos de esquerda, tampouco o qualificavam para conduzir o processo de transição democrática.

O governo Sarney procurou combater a inflação através de uma série de planos econômicos (Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão) que, efetivamente, não apresentaram resultados positivos. O ingrediente de maior popularidade desses planos foi, no caso do Plano Cruzado I, o congelamento temporário dos preços, o que causou a falta de inúmeros produtos nos supermercados. O governo tratou de capitalizar essa popularidade e transformou o plano numa jogada eleitoreira que acabou dando certo: o PMDB, principal beneficiário, elegeu quase a totalidade dos governadores nas eleições de 1986. Devemos ressaltar que, no plano político, o acontecimento de maior significação registrado durante o seu governo foi a promulgação da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, em vigor até hoje, com algumas alterações. Observe alguns elementos importantes trazidos por essa constituição.

A nova Constituição apresentou grandes avanços no que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos. Desde seu preâmbulo, a Carta Magna alargou a abrangência dos direitos e garantias dos cidadãos, prevendo a instauração de um Estado Democrático de Direito. Consagrou os direitos tradicionais, como a liberdade de pensamento e expressão, e condenou a





tortura. Pela primeira vez uma Constituição brasileira destacou entre os objetivos básicos do Estado responsabilidades como a de assegurar a dignidade e o bem-estar das pessoas. A Constituição também inovou ao considerar os direitos sociais como direitos fundamentais do cidadão. Além de ter sido a primeira Constituição a estender o voto aos analfabetos, ela introduziu algumas novidades na legislação trabalhista, como a ampliação da licença-maternidade para 120 dias, a criação da licença paternidade de quatro dias, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e o amplo direito de greve. Estabeleceu também a liberdade sindical e proibiu a discriminação de cor, sexo, idade e estado civil pelas empresas. Dificultou as demissões sem justa causa, mediante indenização de 40% sobre o último salário. Outra importante novidade foi o *habeas data*, instrumento que permite a qualquer pessoa ter acesso a informações a seu respeito em poder dos órgãos públicos.



Figura 27 - Ulisses Guimarães e a Constituição de 1988.

Fonte: Acervo Agência Brasil. Imagem sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil.

No dia 15 de novembro de 1989 o povo brasileiro pôde às urnas para eleger de forma direta o presidente da República depois de quase trinta anos sem exercer esse direito. A disputa, decidida em segundo turno entre Luis Inácio “Lula” da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN), foi vencida por Collor, que recebeu apoio maciço do empresariado e da mídia. No plano econômico, o governo Collor (1990-92) tomou medidas drásticas para combater a inflação. O Plano Collor, anunciado em 16 de março de 1990, bloqueou contas correntes e aplicações financeiras, trouxe de volta o cruzeiro e colocou em vigor várias medidas administrativas e fiscais. A hiperinflação foi contida, mas o país entrou num processo de grave recessão econômica. Depois do fracasso de seu plano econômico e de denúncias seguidas de corrupção, Collor acabou sendo derrubado por um amplo movimento social – personagens importantes da mobilização contra Collor foram os “**caras-pintadas**” - que



OS “CARAS-PINTADAS” -

Em 1992, milhares de jovens estudantes com o rosto pintado de verde e amarelo, conhecidos como “caras pintadas”, foram para as ruas protestar, exigindo ética na política, o fim da corrupção e o *impeachment* do presidente. (VAINFAS [et. al.], 2010, p. 401).



**A-Z**

Impeachment: (palavra inglesa) s. m. [Direito] Ato ou processo legal que pretende a destituição de alguém de um cargo governativo. (PRIBERAM)

teve reflexos no Congresso Nacional e culminou em seu *impeachment* (LI-NHARES, 2000).

Com o afastamento de Collor, assumiu a presidência o seu vice, Itamar Franco (1992-94). O grande feito de Itamar foi promover um novo pacote econômico: o Plano Real. Ao contrário dos outros planos, o Plano Real previa a diminuição gradativa dos índices inflacionários. Logo no primeiro mês de existência do real a inflação mensal caiu de mais de 50% ao mês para menos de 7% e permaneceu baixa nos meses seguintes.

O PLANO REAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS

– Em 28 de fevereiro de 1994, o governo anunciou o Plano Real, em mais uma tentativa de combater a inflação. A criação de uma nova moeda era a última etapa de um grande programa de estabilização da economia, que estava sendo posto em prática desde dezembro de 1993 por uma equipe de economistas, tendo à frente o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Pelas novas regras monetárias, o real seria uma moeda forte, contando, para isso com: 1) fim da indexação, ou seja, o fim do repasse automático da inflação mensal para os salários, prestações, aluguéis e contratos em geral; 2) a vinculação da nova moeda ao dólar norte-americano. De fato, o plano previa que a emissão de novos reais seria possível somente se existisse um volume equivalente de dólares nos cofres do Banco Central.

Ao mesmo tempo, mantinha-se o câmbio elevado: um dólar equivaleria a 90 centavos de real, taxa que lentamente subiu para 1/1, ou seja, um dólar passou a equivaler a um real. A manutenção da taxa de câmbio era garantida pelo Banco Central: quando a demanda por dólares crescesse no país (para o pagamento de parcelas da dívida externa, por exemplo), ameaçando desvalorizar o real, o Banco Central interviria no mercado de câmbio, vendendo grande quantidade de dólares e forçando uma queda em seu valor. O funcionamento do plano dependia, portanto, da existência de grande reserva de dólares nas mãos do governo, o que acontecia desde o início do plano, graças aos saldos favoráveis da balança comercial e ao abrandamento da crise da dívida.

Apesar do êxito imediato do Plano Real, seu prosseguimento dependia da manutenção das reservas em dólares, e isso somente seria possível



pela permanência de elevadas taxas de juros no país. Dessa forma, o capital internacional, circulando cada vez mais rapidamente e livre de obstáculos no contexto da globalização econômica, seria atraído para o país, como de fato ocorreu.



Figura 28 - Segunda família de cédulas do Real, plano que completa 20 anos em 2014. Divulgação Banco Central. Acervo Agência Brasil.

Fonte: Imagem sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil.

A especulação financeira cresceu enormemente, colocando em risco a valorização monetária nacional, e muitos passaram a considerar esse elemento o aspecto mais frágil do plano. Esse desafio foi enfrentado em 1994, quando uma forte desvalorização da moeda mexicana provocou um súbito afastamento do capital especulativo internacional não só daquele país, como também de outros países latino-americanos, como Brasil e Argentina, quase levando a economia dessas nações à ruína. Ao mesmo tempo, o Plano Real promovia uma nova rodada de abertura da economia à importações, ainda de acordo com os princípios do neoliberalismo. O governo defendia a abertura econômica como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria nacional.

A curto prazo, a abertura econômica foi realizada e a inflação caiu, embora o aumento da eficiência da indústria brasileira tenha ocorrido apenas de forma localizada. Maiores foram os efeitos negativos de tal política na indústria nacional. As falências começaram a se multiplicar e o desemprego aumentou. Paralelamente, a manutenção de elevadas taxas de juros no país inviabilizava a sobrevivência de empresas





em dificuldades, acelerando ainda mais os processos de falências e desemprego. A situação recessiva forçava uma queda ainda maior da inflação, que o governo alardeava como prova do sucesso espetacular do plano (VICENTINO, 2010, p. 269).

Verifique as datas desses acontecimentos e perceba que já estamos tratando dos tempos atuais.

Com a estabilidade da moeda e o controle inflacionário, Fernando Henrique Cardoso, um dos mentores do Plano Real, tornou-se conhecido nacionalmente e foi lançado pelo seu partido, o PSDB – em aliança com o PFL (atual DEM) e o PMDB – à sucessão de Itamar Franco. FHC venceu as eleições de 1994 ainda no primeiro turno.

Seu governo – FHC governou por dois mandatos: 1995 a 1998 e de 1999 a 2002 – ficou marcado, dentre outras coisas, pela política de austeridade fiscal, juros altos e baixa tributação sobre aplicações financeiras estrangeiras. Essas medidas acabaram por atrair o capital especulativo, capital esse que não gera riqueza nem empregos. Assim, a moeda se manteve estável e a inflação permaneceu baixa, mas o ritmo de crescimento da economia diminuiu.

FHC deu continuidade à política neoliberal iniciada pelo governo Collor, privatizando importantes empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce. Privatizou também a concessão de serviços públicos, como o de telecomunicações, energia elétrica, rodovias, portos etc., onde a maior parte do capital injetado na compra desses bens públicos veio de investidores internacionais, ou seja, foram vendidos para grupos empresariais estrangeiros. Por causa disso o governo FHC foi duramente criticado por setores políticos mais à esquerda.

Mesmo com a aquisição de capital advindo da venda das estatais, a recessão continuou e seus efeitos foram sérios, sobretudo no aumento do desemprego e das diferenças sociais.

Em 1997 o Congresso aprovou uma emenda à Constituição permitindo a reeleição do presidente da república, governadores e prefeitos para um mandato consecutivo. Com isso, Fernando Henrique Cardoso pôde lançar-se na disputa sucessória. Venceu novamente em primeiro turno os demais candidatos, com 53% dos votos contra 31% de seu principal adversário, Lula, que





concorria pela terceira vez ao cargo de presidente.

O segundo mandato de FHC seguiu a tônica do primeiro, de forma que a economia permaneceu estagnada, o desemprego aumentou ainda mais e a violência urbana explodiu a índices alarmantes.

Durante os seus dois governos houve avanços, sobretudo nas áreas da saúde e educação. Vale menção ao programa de combate à AIDS, de tratamento aos pacientes soropositivos altamente eficaz e a redução significativa dos índices de analfabetismo. Outro ponto importante de seu governo foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo é impedir que prefeitos, governadores e o próprio presidente da República gastem mais do que o estabelecido pelo orçamento público (VICENTINO, 2010).

Luis Inácio Lula da Silva foi eleito em segundo turno nas eleições de 2002 e foi reeleito em 2006. Pela primeira vez na história a presidência foi assumida por uma pessoa oriunda dos meios operários e não das elites. Lula também foi o primeiro representante de grupos de esquerda a assumir o cargo de comando da nação, o que atemorizou os setores mais conservadores da sociedade. Já no início de seu mandato, Lula consolidou a posição de liderança exercida pelo Brasil na América do Sul e estreitou relações comerciais com países de economia emergente, como a Índia, a China e a África do Sul. Lula exerceu importante papel de liderança política em questões de alcance internacional e ajudou a promover o aumento da confiança interna e externa na economia brasileira, promovendo a retomada do crescimento do país. Um dos suportes desse crescimento foi o bom desempenho das exportações, que levou a balança comercial brasileira a apresentar recordes de superávits sucessivos.

Houve avanços em diversas áreas, como na educação (criação de dezenas de escolas técnicas federais e universidades), na área social (programas como o Fome Zero e o Bolsa Família), na infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento), na criação de empregos, no aumento real dos salários etc., o que levou o país a atingir uma estabilidade econômica até então inédita.

Apesar disso, ao longo dos seus oito anos de mandato, recaíram sobre o governo Lula e seu partido, o PT, severas críticas quanto à manutenção de uma política econômica apoiada nas altas taxas de juros, na carga tributária pesada, no inchaço do setor público e na má qualidade de seus serviços, nas denúncias de corrupção, no caráter assistencialista dos programas sociais,





etc. Contudo, a conjunção de todos esses elementos – que tendem a depreciar qualquer governo – pareceram não abalar a popularidade do presidente Lula, que manteve altos índices de avaliação positiva ao longo de todo o seu governo e com forças suficientes até mesmo para eleger a sua sucessora à presidência, escolhida e indicada diretamente por ele, a ex-ministra da Casa Civil e hoje presidenta da República Dilma Rouseff (VICENTINO, 2010).

Nesta aula vimos as particularidades da República Brasileira em relação a uma das matrizes ocidentais do republicanismo moderno, a República Norte Americana. Você teve a oportunidade de perceber de que forma a constituição do nosso modelo republicano é original, na medida em que o contexto em que essa república se configurou é próprio daquele momento que o Brasil viveu. Assim, podemos dizer que nenhum sistema político é igual ao outro assim como nenhum povo é igual ao outro e nenhuma história é igual a outra.

Vimos também o desenrolar da história do nosso país a partir do golpe de estado que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930. Identificamos em que medida aquele foi um momento que modificou a forma como se fazia política e se orientava a economia de nosso país, modificando também a nossa estrutura social.

Resumo

O conteúdo desta aula mostrou:

A influência do modelo político norte-americano

Na Proclamação da República brasileira em 1889, adotamos uma série de referências políticas norte-americanas extraídas de sua Constituição de 1787. Contudo, devemos compreender que o modelo político norte-americano e brasileiro são distintos e possuem dinâmicas próprias de funcionamento.

O Estado Brasileiro a partir de Getúlio Vargas

Dentre os principais fatores de Revolução de 1930, podemos citar a crise de 1929, que pôs fim à política de valorização do café e a cisão das oligarquias paulista e mineira. A partir daí, Vargas assumiu a presidência em caráter provisório.

O governo Vargas pode ser dividido em três períodos: 1) Governo Revolucionário: de 1930 a 1934; Governo Constitucional: de 1934 a 1937; Governo Ditatorial ou “Estado Novo”: de 1937 a 1945; durante esses períodos Vargas





deu início a um programa de industrialização, sendo o Estado o seu principal articulador. A preocupação central voltou-se para o investimento em infraestrutura (ferrovias, aviação, energia, etc.) e indústria pesada (aço).

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial, houve o fortalecimento das correntes anti-ditatoriais dentro do Brasil. Vargas se viu pressionado, não resistiu, e foi deposto em 29 de outubro de 1945.

Sucedeu Vargas o General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), eleito presidente nas eleições de 1945, apoiado pelos partidos criados por Vargas (PSD e PTB). Alinhado com o bloco dos países capitalistas, Dutra rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e colocou o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade. O sucessor de Dutra foi Getúlio Vargas, desta vez, eleito pelo voto popular.

Pela segunda vez no poder (1951-1954), Vargas adotou uma postura política marcada pelo nacionalismo econômico. O caráter nacionalista e anti-imperialista, aliado à enorme capacidade de mobilização da classe trabalhadora, encontrou forte oposição entre os conservadores dentro e fora do país. Sob forte pressão, num gesto dramático, Vargas se matou em agosto de 1954.

Juscelino Kubitschek (1956-1961): seu objetivo principal era o desenvolvimento da economia em ritmo acelerado. São consequências do modelo de desenvolvimento empreendido por JK: a) crescente importância das empresas multinacionais; b) entrada maciça de capital estrangeiro e o início da pressão inflacionária; c) aumento exponencial da dívida externa brasileira; d) agravamento das disparidades regionais no Brasil.

Jânio Quadros (1961): governou apenas por sete meses. Em sua breve passagem pela presidência, mostrou-se um político conservador ao reprimir movimentos sociais de protesto e, ao mesmo tempo, adotou uma política externa independente. No plano econômico, buscou praticar uma política econômica austera, com congelamento dos salários e restrições ao crédito e criou também projeto de taxação sobre os lucros, o que provocou profunda insatisfação nos meios empresariais tanto interna quanto externamente. Pressionado, Quadros renunciou.

João Goulart (1961-1964): Contra ele estavam os políticos conservadores aliados aos militares, que contavam com o apoio dos Estados Unidos, temerosos de que o Brasil seguisse o caminho do socialismo. Jango foi destituído do poder por um golpe civil e militar em 31 de março de 1964.





Governo Militar (1964-1985): período ditatorial marcado pela supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e perseguição aos que se opunham a este regime. Foi marcado também por lutas e resistências de grupos sociais contrários ao regime, seja por meio de lutas armadas, manifestações culturais, civis, de setores operários e mesmo religiosos.

Do ponto de vista econômico, parte significativa desse período foi marcada pelo “milagre econômico”: modelo econômico cujo crescimento teve como base as indústrias de bens de consumo duráveis, particularmente as automobilísticas. As consequências desse modelo foram, entre outras, concentração de renda e, portanto, a generalização da pobreza e da miséria da maioria dos brasileiros. Também o endividamento externo gigantesco e a pressão inflacionária exorbitante.

Foi no governo do General João Batista Figueiredo que a oposição se mobilizou para exigir eleições diretas para presidente, culminando com uma mobilização popular clamando por eleições diretas para presidente, apoiadas por intelectuais, artistas e políticos de diversas tendências, conhecida como “Diretas Já!”. No entanto, a proposta de realização de eleições diretas foi derrotada no Congresso. Tancredo Neves foi eleito presidente em votação indireta. Contudo, não chegou a tomar posse, pois falecera. José Sarney, vice de Tancredo, tornou-se o primeiro presidente civil desde 1964.

O governo Sarney foi marcado pela alta da inflação e pelos planos econômicos equivocados. Ainda nesse governo, o Congresso Nacional elaborou uma nova Constituição para o Brasil, a qual se encontra em vigor até hoje.

Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por voto popular desde o início da ditadura (1964). Seu governo também fora marcado por planos econômicos frustrados e fortes denúncias de corrupção. Collor foi derrubado por um amplo movimento social que culminou em seu impeachment em 1992.

O sucessor de Collor foi seu vice Itamar Franco (1992-1994). A mais importante das realizações do seu governo foi a implantação do Plano Real (1994) que deu estabilidade à economia brasileira, diminuindo drasticamente os índices inflacionários.

Fernando Henrique Cardoso governou o país por dois mandatos consecutivos (1995 a 1998 e entre 1999 a 2002). Seu governo ficou marcado, dentre





outras coisas, pela política de austeridade fiscal, juros altos, baixa tributação sobre aplicações financeiras estrangeiras, estabilidade econômica e baixa inflação, mas o ritmo de crescimento da economia diminuiu.

Luis Inácio Lula da Silva também governou o Brasil por dois mandatos consecutivos. Lula exerceu importante papel de liderança política e ajudou a promover o aumento da confiança interna e externa na economia brasileira, ocasionando a retomada do crescimento do país. Houve avanços em diversas áreas, como na educação (criação de dezenas de escolas técnicas federais e universidades), na área social (programas como o Fome Zero e o Bolsa Família), na infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento), na criação de empregos, no aumento real dos salários, etc., o que levou o país a atingir uma estabilidade econômica até então inédita.

A conjunção de todos esses elementos possibilitaram Lula e o seu partido, o PT, a impulsionar a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república nas eleições de 2010. Dilma foi eleita presidenta da República, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da política nacional.

Atividades de aprendizagem



1. No golpe de 1937, Vargas adotou uma série de medidas que transformaram o seu governo numa ditadura, a qual recebeu o nome de Estado Novo. Cite e explique pelo menos duas medidas que conferiram ao seu governo esse caráter ditatorial.
2. O que foi o nacional-desenvolvimentismo, empreendido no governo de Juscelino Kubitschek?
3. Quais são as características do AI-5?
4. Quais foram as consequências políticas do Plano Cruzado?
5. Quais foram as principais características do Plano Real?
6. Descreva a política econômica adotada no governo Fernando Henrique Cardoso.
7. Quais foram os principais programas sociais implementados pelo governo Lula e que críticas eles receberam da oposição?



Prezado(a) estudante,

Nesta última aula, mostramos os principais momentos pelos quais o Brasil passou nesses últimos oitenta e um anos. Buscamos apresentar e criar condições para que você pudesse perceber as diferentes fases pelas quais o nosso país atravessou, seus pontos positivos e negativos.

Esperamos que você possa, através do conteúdo dessa aula, ter uma melhor percepção crítica sobre como nos tornamos o que somos hoje.





Palavras Finais

Com a finalização, desta disciplina, chamamos a atenção para a dificuldade de elaborar uma abordagem tão ampla em tão curto espaço. Como sua própria história demonstra, o Brasil é um país jovem que busca maturidade nas estruturas da sua administração pública. Percebemos tal situação cotidianamente, como através de lutas emblemáticas contra a corrupção, se efetua a consolidação da democracia e da justiça.

Temos consciência de que ainda existe a necessidade de se realizar muitos estudos e proceder a discussão de diferentes abordagens dos acontecimentos relatados no conteúdo das nossas aulas. Quando se chega ao final de um texto na História, significa que devemos começar novamente, pois a história está sempre acontecendo e o que já foi pode ser revisitado e entendido de uma nova forma. O ponto final deve ser visto como ponto de partida.

Na verdade, o final deste nosso estudo representa o início de outro mais profundo e amplo. E é com este sentimento de curiosidade e sede de conhecimentos que você deve continuar o caminho. Aqui foi apenas o início. Desejamos que você persevere e alcance os objetivos estabelecidos.

Um grande abraço!



Guia de Soluções

Aula 1. A administração portuguesa no Brasil – aspectos históricos

1. Conceitue o Absolutismo monárquico que vigorou em diversos países europeus a partir do final do século XIV.

A resposta deve contemplar, no geral, a ideia de que o absolutismo monárquico que teve lugar em diversos países europeus entre os séculos XVI e XVIII está associado aos fatores que levaram à centralização do poder político nas mãos do rei.

2. Cite e explique 3 (três) princípios do Mercantilismo.

Sua resposta deve contemplar pelo menos três princípios básicos da política econômica mercantilista, quais sejam:

- Balança comercial favorável: existente quando a exportação é maior que a importação nas relações comerciais de um país.
- Metalismo: acúmulo de metais preciosos como medida de riqueza de um país.
- Intervencionismo estatal: o país deveria conduzir e controlar sua economia.

3. Por que Portugal não iniciou imediatamente em 1500, a colonização do Brasil?

Ao responder esta questão deve-se apresentar as dificuldades de Portugal no início da colonização brasileira, tais como os enormes gastos com a tarefa colonizadora, aliada com a incerteza de lucros. Da mesma forma, apontar o maior interesse português em relação às atividades comerciais com as suas colônias no Oriente, as quais representavam, naquela altura, lucros garantidos.

Aula 2. Administração pública no Brasil – da colônia à República (1500- 1930)





1. Descreva o modelo das capitanias hereditárias implantado por Portugal no Brasil.

Você deverá demonstrar que compreendeu como se deu a primeira forma de colonização do Brasil, que possuía como características principais: a divisão da costa brasileira em capitanias (extensões de terra). Essas capitanias foram definidas como capitanias hereditárias porque passariam dos donatários para seus herdeiros. O donatário tinha obrigações como promover o povoamento, fazer a defesa militar e incentivar a produção da sua capitania. A grande vantagem para Portugal residia no fato de que por tal modelo, particulares ficaram responsáveis pela colonização do Brasil, poupando assim, o Estado português dos grandes gastos financeiros necessários à empreitada.

2. Por que a Constituição brasileira outorgada em 1824 por D. Pedro I fornecia controle absoluto das decisões ao imperador?

Ao efetuar esta atividade é preciso mostrar a compreensão sobre o significado do conceito em pauta, bem como das atribuições de poder inerentes a ele. Assim, a resposta deverá abranger a ideia de que, além de chefe do Poder Executivo, o imperador acumulava em suas mãos o Poder Moderador, que lhe possibilitava exercer a função de juiz nos momentos de conflito entre os demais poderes.

3. Como ficou estruturada a administração pública brasileira após a instalação do governo republicano e a promulgação da Constituição de 1891?

Ao responder esta questão é necessário demonstrar que percebeu a estrutura da divisão tripartida dos poderes iniciada a partir da implantação da República no Brasil, a qual ficou assim:

- Poder Executivo – Presidente da República e ministros; Presidentes dos Estados ou Governadores.
- Poder Legislativo – Congresso Nacional (Senado e Câmara de Deputados) e Assembleias Legislativas estaduais.
- Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal e outros órgãos federais, além dos tribunais e juízes estaduais.



Aula 3 - O poder nas mãos de poucos: a força das elites na tomada de decisões políticas no Brasil

1. Diferencie grupos de interesse, grupos de pressão e lobby.

Você poderá responder a esta questão buscando demonstrar que compreendeu bem os conceitos trabalhados na unidade 3.

Assim, o conceito de grupos de interesse será considerado correto se indicar que se trata de um grupo de pessoas, ligadas por laços institucionais ou não, que busca reivindicar em causa própria, bem como a favor ou contra outro(s) grupo(s). Esse grupo pode atuar de diversas formas, por meio de passeatas, reuniões, abaixo-assinados, assembleias ou qualquer tipo de manifestação, visando ou reivindicando a realização de algo concreto e que possui relação direta com a vida dessas pessoas. Partindo da forma como conceito grupos de interesse foi abordado no texto, presume-se que a atuação de um grupo de interesse não visa, necessariamente, demandar alterações na legislação ou a criação de leis específicas que beneficiem determinado grupo social. Portanto, o grupo de interesse atua “à margem do poder político”, apesar de, às vezes, precisar contar com o seu apoio, porém, como foi dito, sem demandar alterações nas políticas públicas ou de financiamento (no todo ou em parte) dos organismos públicos. Quando isso acontece, ou seja, quando um grupo social busca alterações na legislação, financiamento público para o atendimento de suas causas, pressiona uma instância qualquer do poder político para que este altere ou mantenha suas políticas num sentido favorável ao grupo, ele pode ser caracterizado como grupo de pressão. Assim, diferentemente dos grupos de interesse, as atividades dos grupos de pressão passam sempre pela sua relação estreita com entidades públicas.

Já o lobby ocorre, por exemplo, quando um representante de alguma empresa ou entidade com fins lucrativos visa o favorecimento desse grupo oferecendo em troca a um ou mais membros do poder público algum tipo de vantagem pessoal. Nessa relação, o grupo financeiro ao qual o lobista é ligado busca influenciar nas tomadas de decisões políticas em benefício próprio, ou seja, privado. Vale lembrar que, ao contrário do que ocorre no Brasil, em alguns países a prática do lobby é legalizada.





2. Explique a evolução do pensamento favorável às privatizações no âmbito internacional.

Aqui a resposta pode seguir caminhos diversos, contudo devem perpassar pela questão das crises econômicas mundiais, quais sejam, a crise dos anos 30 e a dos anos 80 do século XX. A primeira desaguou em severas críticas ao liberalismo e promoveu a criação do Estado de Bem Estar Social (o desenvolvimento desse conceito pelo aluno é muito bem vindo); já a crise que teve lugar nos anos 1980 acenou para o colapso desse modelo de Estado e abriu caminho para que propostas de reforma fossem feitas com o intuito de torná-lo “menor”, mais barato, mais eficiente e mais forte. Os argumentos dos defensores desse tipo de reforma – que ficaram conhecidos como neo-liberais – são vários e, de preferência, deverão ser apontados pelos alunos. Vejamos alguns deles:

- Na opinião dos críticos do Estado de Bem Estar Social, a atuação do Estado nos mais diversos níveis (social, industrial, comercial), provocou dificuldades extremas em seu arranjo institucional para atender às demandas da população, além de limitar a capacidade de iniciativa dos indivíduos no campo econômico. Na opinião desses críticos, deveria haver uma reforma desse modelo de Estado de tal maneira que ele pudesse assumir novas e diferentes funções, promovendo uma maior inserção da participação popular no processo político, nas decisões do governo e no controle da administração pública. Para tanto, o caminho a ser seguido era o das privatizações, e o discurso difundido pelos países capitalistas hegemônicos era de que com elas haveria ganhos políticos, econômicos e sociais enormes, tais como a diminuição dos gastos públicos com empresas estatais deficitárias, agilidade dos serviços prestados dada a desburocratização e a adoção de métodos de gestão mais dinâmicos e eficientes adotados pelas empresas privadas, além do impulso econômico resultante do fim dos monopólios estatais, ou seja, com o retorno da livre iniciativa e da livre concorrência.
- Dentro dessa nova ordem, restariam ao Estado os seguintes papéis: desenvolver atividades que garantam o princípio da soberania e que são indelegáveis a entes particulares como, segurança, defesa, justiça, relações exteriores, legislação e polícia. Também caberia ao Estado o papel de subsidiar as atividades econômicas da iniciativa privada. Ao fazer isso o Estado estaria cumprindo o seu papel de promover o bem comum ou o interesse público – que passa a ser entendido como interesse dos cidadãos.



- Já à iniciativa privada caberia a promoção e desenvolvimento das atividades sociais (educação, saúde, pesquisa, cultura, assistência) e econômicas (industriais, comerciais e financeiras), sempre subsidiadas pelo Estado e com o mínimo de intromissão deste, podendo atuar apenas quando for estritamente necessário, como quando a iniciativa privada se apresentar deficiente, por exemplo.

3. Explique a evolução do pensamento favorável às privatizações no Brasil.

Para esta explicação é importante partir, preferencialmente, de um relato histórico que busca elucidar, primeiramente, o processo de industrialização ocorrido no Brasil. Para tanto, você terá que demonstrar que compreendeu que esse processo partiu do Estado brasileiro, notadamente com Getúlio Vargas (década de 1930) e foi sendo ampliado até a década de 1970. Bem como que a industrialização brasileira, principalmente as empresas ligadas ao setor de base, partiu da iniciativa estatal, cabendo à iniciativa privada os empreendimentos ligados ao setor de bens de consumo. Num segundo momento da sua exposição é necessário fazer uma ponte entre o contexto político-econômico brasileiro e o contexto mundial marcado pela crise financeira de fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. O encaminhamento da resposta poderá seguir um caminho que demonstra a sua compreensão da situação financeira do Brasil – bastante vulnerável em razão das dívidas que tinha com os credores internacionais – que, mediante às pressões desses credores, passou a promover aquilo que se desejava: a venda das empresas estatais, tomando como esteio argumentos pautados, sobretudo, na dinâmica positiva à qual que essas empresas seriam submetidas ao serem geridas pela iniciativa privada, nos benefícios da livre iniciativa e na redução dos gastos públicos.

Aula 4 - Formação, organização e desenvolvimento da história do Brasil republicano

1. No golpe de 1937, Vargas adotou uma série de medidas que transformaram o seu governo numa ditadura, a qual recebeu o nome de Estado Novo. Cite e explique pelo menos duas medidas que conferiram ao seu governo esse caráter ditatorial.

Confira se o seu texto contém a explanação abaixo sobre as medidas que deram aquele governo um caráter ditatorial.





A sobreposição do Poder Executivo ao Legislativo: a vontade do presidente se sobrepunha à atuação dos representantes do povo, possibilitando que Vargas agisse como quisesse; extinção dos partidos políticos e perseguição da oposição, impedindo que houvesse contestações ao seu governo; foi extinta também a autonomia dos estados, que passaram a se subordinar diretamente ao governo federal.

2. O que foi o nacional-desenvolvimentismo, empreendido no governo de Juscelino Kubitschek?

Verifique se você respondeu que: O nacional-desenvolvimentismo foi uma política econômica que visava estimular a industrialização brasileira pela associação com o capital estrangeiro, fosse utilizando empréstimos, fosse instalando empresas multinacionais no país.

3. Quais são as características do AI-5?

Nesta questão era importante apontar que o AI-5 estabeleceu a suspensão de todos os direitos civis e constitucionais dos cidadãos brasileiros, vigilância e censura dos veículos de comunicação, controle do Poder Judiciário, prisões, cassações políticas, expurgos no serviço público, aposentadorias compulsórias nas universidades, supressão do mandado de segurança e do habeas corpus para crimes políticos.

4. Quais foram as consequências políticas do Plano Cruzado?

Sua resposta deve mostrar que o Plano Cruzado trouxe enorme popularidade ao governo Sarney, permitindo uma expressiva vitória do PMDB nas eleições de 1986.

5. Quais foram as principais características do Plano Real?

Na resposta a esta questão precisa constar os seguintes itens: a Reforma monetária com equiparação do valor da moeda nacional com o dólar; elevação da taxa de juros; redução do déficit público e privatização de estatais.

6. Descreva a política econômica adotada no governo Fernando Henrique Cardoso.

Nesta descrição precisa ficar claro que a política econômica do governo FHC





orientava-se pelas premissas do neoliberalismo. A responsabilidade fiscal, a abertura do mercado e a redução da participação do Estado na economia eram os seus fios condutores. Uma das principais medidas adotadas foi a privatização de estatais. A quebra do monopólio estatal sobre o setor energético e de telecomunicações permitiram grande fluxo do capital estrangeiro na economia brasileira. Foram privatizadas, entre outras, a Embraer, a Telebrás e a Vale do Rio Doce. FHC abriu a economia brasileira ao mercado externo, removendo barreiras protecionistas.

7. Quais foram os principais programas sociais implementados pelo governo Lula e que críticas eles receberam da oposição?

Aqui é importante mencionar que, os principais programas sociais do governo Lula foram o Fome Zero e o Bolsa Família. Essas políticas sociais de transferência de renda foram inicialmente muito criticadas pela oposição, que as consideraram “assistencialistas” e “eleitoreiras”.





Referências

ANGELO, Vitor Amorim de. *Política do café-com-leite*: acordo que marcou a República Velha. 2008. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/politica-do-cafe-com-leite-acordo-marcou-a-republica-velha.htm>. Acesso em: 28 jul. 2013.

AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira do. *Privatização no Estado Contemporâneo*. 1ª. Ed., São Paulo: Ícone, 1996. p.61-94.

ARRETCHE, Marta. *Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10369.pdf> > Acesso em: 12 out. 2010.

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Volume III. 5.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1970.

BAER, Werner [et alli.] *As modificações no papel do Estado na Economia brasileira*. Pesquisa e Planejamento Econômico. São Paulo, v.3, nº4, p.883-912. dez. 1993.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1991.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil*. Dores do crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOITO JR, 2004. *Vargas e a herança populista*. Jornal da Unicamp. Edição 263- de 23 a 29 d agosto de 2004. p.2 Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html.> Acesso em: 28 jul 2013.

BRASIL ESCOLA. *O Ato adicional de 1834*. Disponível em: <http://www.brasile scola.com/historiab/o-ato-adicional-1834.htm>. Acesso em 28 jul. 2013.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan G. *A escrita da História*. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina. *História 3*. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

COTRIM, Gilberto. *História do Brasil: um olhar crítico*. São Paulo: Saraiva, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas*. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.



JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOSHIBA, Luiz. *História: origens, estruturas e processos: ensino médio*. São Paulo: Atual, 2000.

KOSHIBA, Luiz, PEREIRA, Denise Manzi Frayse. *História do Brasil*. 7ª. Ed. São Paulo: Atual, 1996.

LINHARES, Maria Yeda (Organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2000.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982.

MALAN, Pedro Sampaio. *Empresa estatal e capitalismo contemporâneo – uma análise comparada*. Unicamp: São Paulo. (Tese de Doutorado), 1980.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAZZINATO, Alceu L. e SENISE, Maria Helena V. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Atica, 2002.

PEREIRA, Bresser. *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997, Caderno1, p. 10.

PEREIRA, Paulo Trigo. *Governabilidade, grupos de pressão e o papel do Estado*. I Encontro Nacional de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro de 1999. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/docs/GruposPressao5.pdf>> Acesso em 22 set. 2010.

PETTA, Nicolina Luíza de e OJEDA, Eduardo A. B. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999.

PINTO, Claudia Maria Borges. *O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro*. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/30159-30685-1-PB.pdf>> Acesso em: 6 jun. de 2013.

_____. *O processo de privatização e desestatização do Estado Brasileiro*. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12228/o-processo-de-privatizacao-e-desestatizacao-do-estado-brasileiro/1>> Acesso em: 28 jul.2013.

PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=impeachment>> Acesso em: 10 jun. 2013.





PRIORE, Mary del e VENANCIO, Renato Pinto. *O livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RUEL, Thiago Santos. *Lobby, Grupos de Pressão e Grupos de Interesse*. Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Lobby_28.pdf> Acesso em 6 jun. de 2013.

SAURIN, Valter, PEREIRA, Breno Augusto D. *O programa nacional de desestatização: aspectos relevantes da política de privatização*: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/download/7986/7374>> Acesso em 28 jul.2013).

SERIACOPI, Gislaine Campos Azevedo, SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TEIXEIRA, Francisco. M. P. *Brasil História e Sociedade*. São Paulo, Atica, 2005.

THOMAS, Clive S. *Research Guide to U.S. and International Interest Groups*. Westport: Praeger, 2004.

TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo, Global, 1982.

VAINFAS, Ronaldo (et. al.). *História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI*, volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

VICENTINO, Cláudio, DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. Volume 3. São Paulo: Scipione, 2010.

Obras Consultadas

ANCHIETA, Padre José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)*. São Paulo: Obelisco, 1964.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília/São Paulo: Editora da Universidade de Brasília/Ática, 1988.

CORTESÃO, Jaime (ed.). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. 7ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Ed. Record (1936).



FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Editora Paz e Terra, 1989.

_____. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1989

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*, 6a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEITE, Padre Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa: Portugalíia, 1938.

MAYER, A. *A força da tradição: a persistência do antigo regime: 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*, 3a ed. São Paulo: Alameda, 2008.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo, Publifolha, 2000 (1883).

_____. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro, Topbooks.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1831). *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

TAUNAY, Afonso de. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 11 vols. São Paulo: Canton, 1924 - 1950.

THOMPSON, Edward P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. de Denise Bottman; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

Bibliografia básica

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*, 25a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LINHARES, Maria Yeda (Organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2000.

PRIORE, Mary del e VENANCIO, Renato Pinto. *O livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.





Currículo dos Professores-autores

Julice Maria Resende Machado é professora de História do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto. Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Especialização em História do Brasil na Puc – MG e Mestrado em Educação Profissional através de um convênio entre a UFOP e o ISPETP – Cuba.

Guilherme de Souza Maciel é professor de História do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2001), Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Cursa atualmente Doutorado em História na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade de Coimbra (Portugal).



